

Revolução



MPLA

vitória certa

«Entre a morte
de um número
de angolanos
e a morte
de toda a Angola,
nós optamos
pela morte
de alguns angolanos
e subsequente triunfo
de todos os angolanos»

NITO ALVES

Entrevista pág. 11



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO • BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E O 1.º DE MAIO

Lisboa 11 de Maio de 1975
Estimados Companheiros

No Revolução do dia 8 afirma-se, no artigo sobre o 1.º de Maio, (págs. centrais) que todas as organizações internacionais citadas dirigiram-se para o Estádio 1.º de Maio (manif. da Intersindical) excepto a I.S. Inglesa que participou junto aos Conselhos Revolucionários.

Nós queremos salientar que o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) não se dirigiu para o Estádio, pois assumiu atitude consequente e verdadeiramente internacionalista ao apoiar e participar na jornada de lutas promovida pelos CRT por entender que estes constituem uma organização da classe.

O PCBR marchou junto aos CRT por compreender que devemos assumir nacional e internacionalmente posições revolucionárias que defendemos. Não é somente através do discurso que demonstramos o nosso apoio aos revolucionários

portugueses e às organizações autónomas constituídas pela classe operária e seus aliados. Apoiámos através do discurso e da prática revolucionária as iniciativas que visam organizar o proletariado na perspectiva da conquista do poder e a instauração da Ditadura do Proletariado.

Algumas organizações internacionais citadas no Jornal Revolução, assumiram uma conduta vacilante e oportunista ao participarem na manifestação "festa da unidade". E não só por isso, pois no decorrer da manifestação dos CRT (atrás) e da "coluna internacional" (à frente) decidiu-se através da consulta das distintas comissões de manifestação profereirem-se palavras de ordem conjuntas, facto este que a comissão da chamada "coluna internacional" que participou na manifestação (conjunta até ao I.S.T.) negociou oportunisticamente, fazendo publicar uma nota no jornal "A Capital".

As organizações internacionais

que em seus países sofreram as mais profundas derrotas como consequência da política reformista dos PCs em conciliar interesses de classe, em tomar uma via pacífica, legalista e eleitoralista (pela ausência também de uma firme perspectiva independente da classe operária), como é exemplo o Chile, hoje, na sua prática aliaram-se ao reformismo e não só ao reformismo!!!

Entendemos que os golpes de estado no Brasil (1964), no Chile (1973), este último bastante marcante, devem-se fundamentalmente pela ilusão das direcções reformistas, limitando-se aos marcos dojogo burguês; utilizando as massas e suas organizações como instrumentos de pressão para arrancar concessões da burguesia, desviando, assim, os verdadeiros interesses da classe do seu caminho histórico.

A Intersindical, no caso português criada pelo reformismo para controlar a actividade sindical revolucionária e apoiada

pelos que hoje "parecem estar de fora e não assumem", é mostra característica da política oportunista. Além de suas "fanfarras e folclore" que "empura a malta" não constitui uma alternativa independente da classe na perspectiva histórica da conquista do poder e a instauração da Ditadura do Proletariado.

Enfim assim como o PC é, a Inter deve ser. Assim como lá poderá entrar o PS e o PPD, como estes ela deverá ser (dependendo da negociata que possa resultar).

No Brasil, no Chile e em Portugal, na Angola e em Timor, assim como em muitos países do mundo, o 1.º de Maio não é um dia de festas senão de luta em muitos países e por isso é homenageado pelos revolucionários e comemorado pela classe operária. Mas, por conveniência e a bel-prazer o transformaram, aqui, em festa de unidade. Uns como o senhor Soares impondo as suas condições em não permitir o uso da palavra ao MES, FSP. Outros como o PPD "disfarçadamente" introduzindo-se — logicamente na brecha do PS — pois em principio os convidados, boicotando e sendo boicotados?! E os internacionalistas, por outro lado, ausentes dos acontecimentos e da luta de classes em Portugal, ignorantes diante da farsa montada defendiam a comoda posição em participar com "as grandes massas". Porém esquecem-se que no Chile, na Argentina, na Itália, na França, "as grandes massas" nem sempre demonstraram a grande consciência por estarem dirigidas e orientadas por concessões reformistas e pequeno-burguesas, enfim oportunistas. Nem sempre estas "grandes manifestações" se traduzem em consciência, organização e combatividade, quando não se fortalece uma perspectiva a nível imediato e histórico de classe, distinguindo claramente a política independente da classe operária daquela proposta pela burguesia e daquela advogada pelo reformismo e os oportunistas.

tão pouco foi um dia de isolamento, senão que de afirmação da necessidade em continuar a luta nos outros dias até à conquista do poder, a instauração da Ditadura do Proletariado, o Socialismo e o Comunismo.

Proletários de todo o mundo uní-vos!
O PCBR apoiou e participou na jornada de luta dos CRT.
Simpatizantes do PCBR-Lisboa:

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS



Revolução

CARTA E RESPOSTA

CAMARADAS:

Através desta carta venho fazer uma pequena crítica ao PRP-BR.

No "Revolução" n.º 37 de 23-4-75, vem uma reportagem acerca da vivenda, no Funchal, que foi ocupada pelos núcleos do PRP-BR e LUAR no Funchal. Ora, se bem me lembro, quando a LUAR ocupou uma casa para fazer uma clínica, houve militantes (ou aderentes) do PRP-BR que me disseram que isso era um acto paternalista. E, eu, presumo que esses camaradas falavam pelo PRP-BR, pois se quando os tipos do MES chamaram verbalista à Isabel do Carmo, considerou-se que estavam a chamar verbalistas ao PRP-BR; se me disserem que não é assim eu vejo-me levado a considerar que dentro do PRP-BR existem pessoas que são mais importantes que outras, isto é, que uns representam todo o Partido e outros não, e que para falarem em nome dele têm que falar primeiro, com "os mais importantes". Mas eu penso que não se passa isso dentro do PRP-BR.

Ora se esses camaradas me disseram que isso era um acto paternalista (acto da LUAR), então a ocupação da vivenda, no Funchal, também é um acto paternalista e vocês alinharam nele. Existe, então, uma con-

tradição: vocês dizem que tal acto é um acto paternalista e depois vão fazer um acto paternalista, obreirista e vocês dizem que não são obreiristas.

Camaradas, ou bem que há

Aceitamos a crítica para a discutir. Esses militantes ou aderentes do PRP-BR que falaram contigo transmitiram realmente a forma de pensar deste partido. A questão das clínicas foi aliás objecto de discussão a vários níveis e considerou-se que, especialmente no caso das clínicas (e para nós o caso destas é muito mais marcado) e foi sobre ele sobretudo que tomámos decisões) a tentativa da sua instalação era medida quanto muito generosa mas demagógica, uma vez que uma clínica para funcionar precisa de meios de diagnóstico (RX, análises) e de tratamento (medicamentos), o que não sucedia em qualquer dos casos. E entendemos que é lutando por um serviço Nacional de Saúde (só compatível com a Revolução Socialista) que se conquistarão meios eficazes para a população. Um dos comités locais do PRP-BR (o do Barreiro) escreveu isto aliás aquando duma ocupação feita nessa vila e que ainda nem sequer funciona.

Mas uma coisa é Lisboa, Barreiro, outra é Funchal. Uma

coerência ou bem que não há coerência.

As minhas saudações ao PRP-BR
Um simpatizante
J.L.

coisa são clínicas, outra crèches. Não é aliás a primeira ocupação de casa para creche a que este partido está ligado na provincia, mas tem-no feito sem reivindicar apadrinhamento, uma vez que a ocupação pertence sobretudo às massas populares. Em certas zonas de Portugal, tal como na Madeira, em que as lutas tomam um carácter muito diferente das dos meios mais industrializados, acções pontuais de ocupações de casas para um serviço social, como sejam escolas ou crèches, feitas pelo impulso das populações, são acções correctas. É a luta possível naquele sitio. É o caso da Madeira e o comité local do PRP-BR procedeu bem. O que seria bem diferente era se a direcção do PRP-BR tivesse como actividade principal na cidade industrial da grande Lisboa a ocupação de casas para crèches.

Uma coisa diferente são as ocupações de terras e caas feitas por movimentos de camponeses e de habitantes, organizadas anterior e posteriormente e a que este partido está deveras ligado. Mas isso é outro assunto.

O QUE É O NEO-COLONIALISMO

O neo-colonialismo é a política praticada, após as independências dos países submetidos a regime colonial, pelo Imperialismo internacional, visando a coordenação de métodos e ações para manter, reconduzir ou colocar as diversas economias do terceiro mundo sob a sua tutela. Esta integração está inserida numa estratégia global. Os métodos usados pelo neo-colonialismo são variados:

1 — Nos países já submetidos ao controlo do Imperialismo, o neo-colonialismo esforça-se por explorar as dificuldades locais, favorecer os conflitos internos, impedir os países de resolverem as suas dificuldades internas, obrigando-os a recorrer à ajuda dos países imperialistas. Resulta daqui a completa alienação da independência das nações neo-colonizadas.

2 — Nos países que se conseguiram subtrair à tutela económica do Imperialismo, o neo-colonialismo usa meios violentos: intervenção militar, golpe de estado, etc.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E TRATADOS DE COOPERAÇÃO

A cobertura legalista, a que geralmente recorre o neo-colonialismo, reveste-se do aspecto de assistência técnica e tratados de cooperação internacional. Mui-

tas vezes estes tratados de assistência não são "em si", instituições neo-colonialistas, mas a sua manipulação permite transformá-los em utensílios ao serviço do Imperialismo.

Por exemplo, a assistência técnica prestada pela França, nos domínios do ensino e da cultura, ao Norte de África e a África Negra de expressão francesa, entravam o desenvolvimento da cultura e das línguas autóctones, isolam as elites das massas, sob a influência dos caciques locais. Os tratados de cooperação, com o S.E.A.T.O., no Sueste Asiático, a C.E.N.T.O., no Próximo Oriente, o Pacto de Yaoundé, para a África Negra, têm como objectivo incluir os países do terceiro mundo na órbita das grandes potências industrializadas, e castrar todas as aspirações autonomistas.

Uma das instituições mais tipicamente neo-colonialistas é a chamada ALIANÇA PARA O PROGRESSO, fundada por iniciativa de Kennedy, e originária da Organização dos Estados Americanos, cujo principal objectivo é a integração das diferentes economias latino-americanas na economia dos E.U.A., opondo-se a todos os movimentos de revolta ou de guerrilha, susceptíveis de pôr em cheque os interesses comuns das oligarquias locais e do capitalismo norte-americano.

AS INTERVENÇÕES DIRECTAS DO IMPERIALISMO

As intervenções directas militares, quer pela invasão, quer pelo golpe de estado são as formas extremas de intervenção directa do Imperialismo, quando não existem possibilidades de actuar "pacificamente". Esta intervenção é muitas vezes feita por intermédio de estados ultra-neo-colonialistas, como a África do Sul, a Rodésia ou Israel. O braço secular do neo-colonialismo yankee — a C.I.A. — tem actuado em todos os continentes, fomentando sucessivos golpes de estado. Apresentamos, como exemplos de casos concretos:

Na América Latina, os derrubamentos do presidente Arbenz, da Guatemala, de Goulart, no Brasil, de Peron, na Argentina, o desembarque da Baía dos Porcos, em Cuba, o abortar da insurreição nacionalista de S. Domingos, o golpe no Chile, que derrubou Allende, o esmagamento do governo de Torres, na Bolívia, etc., etc. Na África, a C.I.A. fomentou os golpes de estado que levaram à destituição de Modibo Keita, no Mali e de Nkrumah, no Ghana, substituindo os seus governos nacionalistas por regimes moderados, mas permeáveis à penetração imperialista. A secessão do Katanga é obra do imperialismo, assim como o massacre dos comunistas e a eliminação de Sukarno, na Indonésia, e o

assassinato do leader congolês Lumumba.

A formação de estados fantoches na Indochina e a agressão armada aos seus povos, fazem parte da estratégia neo-colonialista, que recorre a formas extremas, quando lhe falha a penetração interna.

Para servirem os fins últimos do Imperialismo, os E.U.A. criaram "cordões de saneamento" à volta dos países socialistas e dos povos que lutam pela sua independência efectiva. São os casos das organizações N.A.T.O., S.E.A.T.O. e C.E.N.T.O. da existência dos estados da chamada África Branca (África do Sul e Rodésia), as ex-colónias portuguesas, quando estavam sob o domínio do colonial-fascismo, de Israel, ponta de lança do imperialismo no Médio-Oriente, como forma de obstar à libertação da Palestina. Criou-se, também o sub-imperialismo, ou seja, países simultaneamente neo-colonizados e neo-colonizadores: são os casos do Brasil, do Irão, do Zaire, e a dos países artificialmente criados pelo sub-imperialismo britânico, como por exemplo a Malásia.

OS GOLPES DE ESTADO MILITARES

A tomada do poder pelos militares é o fenómeno mais conhecido e mais constante na história recente dos países do terceiro mundo. Geralmente, são fomentados pelo neo-colonialismo. Os pre-

textos de intervenção são diversos, podendo-se resumir à missão de salvação nacional, salvaguarda das liberdades "democráticas", defesa dos interesses de cidadãos estrangeiros ou quando os políticos "conduzem o Estado para o caos". Aconteceu assim na América Latina e África.

O Exército, como força conservadora, disciplinada e organizada, preparada pelas potências imperialistas, toma nas suas mãos as rédeas do poder, em nome da Democracia, contra os perigos do extremismo.

Na maior parte das vezes, esta casta militar é composta por oficiais oriundos das famílias burguesas, com interesses ligados aos grandes trusts económicos, dominados pelas grandes potências ou por grupos sociais delas dependentes.

As características que podem tomar os regimes enfeudados ao Imperialismo económico são as mais diversas: têm sempre um aspecto altamente patriótico e podem indiferentemente tomar formas Fascistas (Brasil, Chile, Vietnam, Paraguai) ou "Socialistas" (Egipto, México, Israel). A maior ou menor democraticidade do regime, corresponde à estratégia populista, que melhor poderá servir às cliques dirigentes, para atrelarem as massas aos seus intentos, e melhor servirem o imperialismo internacional.

5 PERGUNTAS SOBRE A C. I. A.

Tradução dum artigo do «GRAMNA»

QUANDO E PORQUE SURTIU A CIA ?

A Agência Central de Informações, CIA, foi fundada em 18 de Setembro de 1947 e criada de acordo com a Lei de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que criou simultaneamente o Departamento de Defesa (Pentágono) e o Conselho de Segurança Nacional.

A CIA teve o seu antecedente mais imediato no Grupo Central de Informação, fundado em 22 de Janeiro de 1946 pelo presidente Harry Truman. Foi precisamente Truman quem levantou o problema da "necessidade" que os Estados Unidos tinham de formar um corpo de informação homogéneo que mantivesse o Governo ao corrente dos pormenores da política internacional de modo a que os Estados Unidos dela pudessem tirar vantagem.

A CIA surgiu como um instrumento da política de "guerra fria", para salvaguardar os in-

teresses da administração e do complexo militar-industrial norte-americanos.

A partir do momento da sua criação, a CIA transformou-se no braço invisível da política externa norte-americana, a qual preconizava as ideias do anticomunismo em todo o mundo.

Disse alguém, e com alguma razão, que a CIA é como que um monstro bicéfalo, encarregado de informar e de actuar.

Desde que foi instituída, os seus gestores mais importantes lutaram no Congresso para que lhe fossem conferidos maiores poderes do que aqueles que a Lei de Segurança lhe concedia. Com esse objectivo, Allen Dulles — que seria mais tarde o seu director — apresentou um memorando onde afirmava que a CIA devia "possuir jurisdição exclusiva para efectuar operações secretas de espionagem".

Dulles sugeria também que a CIA deveria contar com orçamento próprio e com jurisdição

exclusiva para realizar as suas próprias operações, bem como ter acesso a todas as informações que fossem obtidas (mercê de espionagem, como é evidente), em relação aos outros países.

Em 1949 foi aprovada a Lei da Agência Central de Informações, pela qual esta fica isenta de todas as leis federais que exigem a revelação de "funções, nomes, títulos oficiais, salários, número de pessoal utilizado pela Agência, etc".

1949 é pois o ano em que a Agência Central de Informações se transforma num poderoso estado dentro do Estado norte-americano. O monstro estava operacional.

2 — QUAIS SÃO AS FUNÇÕES E COMO ACTUA A CIA ?

Todas as manhãs, quando o presidente dos Estados Unidos começa a dar despacho aos assuntos do Estado, a primeira

coisa que faz é ler um longo relatório onde a situação do mundo nesse momento é pormenorizada. Essa informação não é, evidentemente, aquela que a leitura da imprensa matutina norte-americana oferece. É a que a Agência Central de Informações proporciona.

Esta é uma das suas funções: manter o presidente informado de tudo o que sucede. O presidente, como é lógico, sabe como são obtidos esses dados que chegam diariamente à sua secretária de trabalho. Daí que o próprio Allen Dulles tenha uma vez afirmado que "a realidade é que a CIA nunca realizou qualquer espécie fosse a que político, nem deu apoio de qualquer espécie josse a que pessoa ou movimento político fosse, sem a aprovação respectiva a um elevado nível político do nosso Governo, fora da CIA".

A CIA tem também assento no Conselho de Segurança Nacional, fazendo recomendações sobre actividades de informação;

executa as tarefas que o Conselho de Segurança determina que devem estar a cargo de um órgão central, encarregando-se também das funções que digam respeito à "segurança nacional".

Porém, a primeira e mais importante das missões da CIA é a de tentar impedir o avanço das ideias comunistas no mundo contemporâneo, de impedir o ressurgimento e triunfo dos movimentos de libertação nacional nos países do chamado terceiro mundo. A sua principal missão consiste em salvaguardar a existência do grande capital norte-americano.

Por tal motivo, a CIA, como o lobo do conto infantil, veste-se de capuchinho e penetra nos países onde a exploração capitalista provoca a explosão das contradições de classe e cria as condições de uma situação pré-revolucionária.

Desta forma, a CIA vestiu-se de missionária em África, de vendedora de automóveis na

5 PERGUNTAS SOBRE A C. I. A.

América, de conselheira científica na Ásia, de missionária da paz e investigadora arqueológica no Médio Oriente. De mil maneiras e sempre tentando dar golpes internos nos países em luta e impedir assim a sua libertação.

O quartel geral da CIA está situado num bosque em Langley, estado da Virgínia. A sua entrada — defendida por milhares de sistemas da mais alta técnica — tem um letreiro que diz: "Estrada da Estação Experimental de Fairbank".

A partir desse tenebroso bosque a CIA ordenou e planeou as mais brutais e criminosas acções contra os povos revolucionários e oprimidos do mundo.

Por detrás deste sugestivo quadro de entrada, milhares de homens sem escrúpulos esperam o sinal de ataque. Para eles "a CIA não é uma profissão, é um modo de vida". E pior.

3 — QUEM FORAM OS SEUS DIRECTORES ?

O seu primeiro chefe foi o almirante Roscoe H. Hillenkoetter, que se dedicara durante vários anos à espionagem na Armada norte-americana. Ferido em Pearl Harbour, mais tarde criou uma rede de espionagem para o almirante Chester W. Nimitz no Pacífico.

No princípio da guerra da Coreia, em 1950, foi nomeado director da Agência o general Walter Bedell Smith, que durante a 2.ª guerra mundial foi membro do Alto Comando Aliado da Europa.

O terceiro director da CIA, Allen Dulles, levou esta agência de espionagem a disfrutar da sua maior influência, mas também precipitou a sua queda. Allen Dulles era considerado "um tipo forte". Já em 1947 o próprio Truman tinha-o designado para presidir a um comité de três homens encarregados de determinar como estava trabalhando a CIA. Em 23 de Agosto de 1951, nomeou-o director-delegado, e em 10 de Fevereiro de 1953 director-geral.

Irmão de John Foster Dulles, secretário de Estado, e não menos reaccionário que ele, Allen pavoneava-se todo quando assumiu o seu cargo.

Sob a sua égide, a CIA especializou-se em derrubar governos estrangeiros e a aperfeiçoar os serviços de espionagem. No entanto, a sua glória foi breve, tendo sido o descalabro norte-americano em Playa Giron que levou à demissão do mimado Dulles como director, quando se tornou evidente que a CIA fora, junto do Governo de Kennedy a

principal responsável pelo ataque mercenário contra Cuba.

Em 1962 assumiu a direcção John A. MacCone; a sua nomeação foi um mandato expresso do presidente Kennedy. MacCone era acérrimo inimigo da URSS e especialista de energia atómica. Durante o seu mandato viajou pelo estrangeiro e robusteceu os tentáculos da CIA na Europa e na Ásia. Em Abril de 1965 foi substituído por William Francis Raiborn, contratado pela Agência devido à sua capacidade para, em pouco tempo, realizar os mais difíceis trabalhos.

Em 1966 tomou a direcção-geral Richard Helms, que, ao assumir o cargo anunciou que continuaria "as tradições de silêncio" da Agência. Helms foi substituído pelo secretário da defesa norte-americana, James Schlesinger, William Colby é o seu actual director.



Colby fora o responsável pela CIA em Saigão de 1959 a 1962. Agente secreto de carreira, baseava a sua experiência nas actividades no gabinete de Serviços Estratégicos durante a 2.ª guerra mundial.

Em Junho passado pediu uma legislação que dava plenos poderes para proteger segredos de informação, assim como estabelecia penas de dez anos de prisão e multas de dez mil dólares pela violação desses segredos.

Em Setembro de 1973 nomeado como chefe da CIA, coincidindo a sua nomeação com o derrubamento do presidente Salvador Allende, no qual a CIA teve uma participação directa.

Todos os chefes da CIA, sem excepção, desde Hillenkoetter até Colby, têm sido mestres na arte do crime, do golpe de estado e da intriga internacional.

Na profundidade do bosque em Langley, estes homens têm executado e executam o política do governo dos Estados Unidos.

4 — QUAL FOI A AC-TUAÇÃO DA CIA NA AMÉRICA LATINA ?

A CIA penetrou na América Latina unida aos enormes investimentos de capital norte-americano que seguiram a II Guerra Mundial. Técnicos, topógrafos, engenheiros, psicólogos, sociólogos, agentes secretos, publicitários, professores ou diplomáticos foram os agentes que a CIA enviou à América Latina para criar a confusão e o divisionismo e quando o caso o requeria: o

golpe de estado, a sabotagem, a morte.

A CIA tem sido sustentáculo de tiranias e criadora de algumas delas, defensora dos interesses monopolistas americanos e representante da ideologia anticomunista.

Foi suficiente para a CIA que em 24 de Fevereiro de 1954 o presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz, anunciase a nacionalização de 90.000 hectares de terras não exploradas da "United Fruit Company", para que se levantasse contra ele uma virulenta campanha em que o acusavam de "comunista". A CIA tomou rapidamente conta do assunto, pagou com o seu orçamento secreto à U.F.C. e dirigiu a operação contrarrevolucionária que foi confiada a Castillo Armas, a fim de salvaguardar os interesses da "United Fruit", que eram os seus próprios interesses. E as coisas decorreram como haviam sido planeadas: Jacobo Arbenz, em algumas horas, e graças ao dinheiro e às armas da CIA, foi afastado do poder.

Em 1967 estalou um novo



escândalo que envolvia a CIA: soube-se pela revista Ramparts que a agência estava infiltrada desde há quinze anos e com fins subversivos no mundo dos estudantes latino-americanos através da Associação Nacional dos Estudantes dos Estados Unidos, que reconheceu que desde 1950 recebia fundos da tenebrosa entidade de espionagem. Semelhante actividade realizava também nos meios operários através dos programas internacionais da central sindical norte-americana A.F.L. — C.I.O.. Precisamente quando foi derrubado no Brasil o governo de João Goulart, William Doherty, director do Instituto Americano de Desenvolvimento Sindical Livre — indivíduo formado pela A.F.L. — C.I.O. com dinheiro da A.F.L. — C.I.O. — vangloriava-se de que os membros desta instituição foram tão activos que se viram estreitamente vinculados às actividades clandestinas já antes do golpe gorila que deu o poder a uma das ditaduras mais sangrentas do continente e que se tornou lacaio do imperialismo na América Latina.

Foi também a CIA que contribuiu para o derrube de Juan Bosch na República Dominicana e para o combate da insurreição popular comandada por Caamaño. Durante as eleições de

1966, o dinheiro da CIA reforçou novamente as manobras contra Bosch e assegurou a sua derrota.

A Agência de espionagem norte-americana realizou também, sob diversas capas, trabalho de sabotagem durante seis anos contra o governo de Cheddy Jagan na então Guiana Britânica, hoje Guiana.

Dezenas de casos podem ser citados como exemplo da actividade criminosa da CIA na América Latina. O caso Mitrión no Uruguai, é mais um, e mostra as capas que a Agência Central de Espionagem utiliza para lograr os seus objectivos. Mitrión, que aparentemente era um técnico agrícola, era na realidade o principal defensor das forças repressivas uruguaias, e a sua missão era destruir o movimento revolucionário deste país.

O governo dos Estados Unidos tinha também utilizado os seus melhores propagandistas para inventarem o mito da invencibilidade da CIA, o da sua omnipresença. As suas acções no continente culminaram em vitórias de uma maneira mais ou menos fácil e contribuíram para cimentar a sua prepotência.

Foi necessário que a agência se enfrentasse com uma verdadeira revolução para que demonstrasse perante o mundo a sua vulnerabilidade. O descalabro dos Estados Unidos em



Playa Giron constituiu um revés de consequências catastróficas para a CIA, o organismo que planificou toda a invasão mercenária.

O fracasso da CIA em Giron foi expressão da sua bancarrota e da sua incapacidade para enfrentar a revolução cubana, não obstante todos os recursos financeiros, técnicos e materiais com que conta o seu enorme aparato de espionagem e subversão. Depois da derrota teve que conformar-se com financiar e dirigir as infiltrações de agentes com o objectivo de realçar sabotagens, agentes que acabavam nas mãos poderosas do povo em revolução que lhes aplica a sua justiça.

5 — QUE PAPEL JOGOU A CIA NO GOLPE DE ESTADO FASCISTA NO CHILE ?

Em 12 de Setembro de 1974, um ano depois do sangrento derrube do governo constitucional de Salvador Allende pelas hostes fascistas de Pinochet, deu-se a conhecer uma carta do representante de

mocrata norte-americano Michel Harrington, em que se revelavam as declarações secretas que formulara, antes do congresso, o director da CIA, William Colby.

Colby confirmou que desde 1962 a 1973 a Agência Central de Informações actuou no Chile e investiu nas suas acções entre oito e nove milhões de dólares.

Objectivo? Impedir a instauração e consolidação do governo de Salvador Allende, que significava o governo do povo chileno, dos seus operários e camponeses.

Nas eleições de 1964, a CIA entregou à democracia cristã três milhões de dólares para opor Eduardo Frei a Allende. Novamente em 1970, a agência de espionagem norte-americana investiu fundos para tentar impedir o triunfo da Unidade Popular, mas não o conseguiu, e depois das eleições deu 350.000 dólares para subornar o Congresso do Chile com o objectivo de que não ratificasse Salvador Allende. Entre 1971 e 1973 a CIA gastou cinco milhões de dólares para sabotar a Unidade Popular, e nas eleições parlamentares de 1973 investiu milhão e meio nos

órgãos de divulgação massiva em apoio dos candidatos da oposição. A actividade da Agência Central de Informações foi por demais decisiva na financiamento das manifestações contrarrevolucionárias do verão de 1973, na manifestação de camionistas e comerciantes, em que participaram milhares de fascistas e em outros acontecimentos que levaram até ao golpe sangrento de 11 de Setembro de 1973.

Aliás, como assinalou o primeiro ministro cubano, comandante em chefe Fidel Castro, "estas avultadas quantias de dinheiro foram negociadas no mercado negro acima das cotizações oficiais, contribuindo para a especulação e agravando as dificuldades monetárias". E Fidel acentuou: "Sobre a CIA e as máximas autoridades dos Estados Unidos, que proporcionaram e acalentaram esta política, recai directamente a responsabilidade dos milhares de chilenos torturados, assassinados, encarcerados e desterrados, e as espantosas condições de repressão, desemprego e miséria que sofrem hoje milhões de pessoas neste país irmão".

As revelações das manobras criminosas da CIA no Chile aceleraram o desmoronamento deste organismo de espionagem ianque, para o qual não existem escrúpulos e mostram que para ele já não há lugar no mundo e que a história lhe tem traçado o seu inevitável destino: o do asco e do repúdio dos povos.

PORTO

CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

n Realizou-se no sábado, 10 de Maio, no Porto, a 2.ª reunião alargada dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros.

Começou a reunião pelo relato de informações respeitantes a outras zonas do país e ainda a algumas empresas do Norte, passado o que se entrou na discussão do ponto referente à análise da situação económica, política e militar.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

Não foram manifestadas opiniões divergentes no que toca à análise da situação e, do que foi dito pelos vários participantes que usaram da palavra, podemos sintetizar:

A crise económica, sendo inerente ao capitalismo, não será ultrapassada enquanto este subsistir.

Fruto dessa crise, os con-

flitos sociais tendem a agravar-se.

A "batalha da produção", nos termos em que é posta pelo Governo e por algumas das forças políticas, está condenada ao fracasso. Isto deve-se ao facto de essas forças não fazerem a distinção entre relações de produção de tipo capitalista e relações de produção de tipo socialista.

A "batalha da produção" só terá viabilidade na medida em que esta estiver estreitamente ligada ao problema da conquista do poder pelo proletariado.

Assim sendo, é de admitir que o lançamento efectivo de tal palavra de ordem se justifique antes mesmo da tomada do poder pelo proletariado. No entanto, ela deve limitar-se aos sectores nacionalizados onde os trabalhadores, uma vez organizados em Conselhos Revolucionários, devem iniciar o processo de concretização do seu poder.

Uma das características do processo político iniciado em 25 de Abril são as lutas interpartidárias que têm constituído um verdadeiro cancro para o processo revolucionário, na medida em que provocam a divisão no seio das classes trabalhadoras. A preocupação da quase totalidade das organizações políticas é a conquista do poder e não a defesa dos interesses profundos dos trabalhadores.

As eleições constituíram uma inequívoca vitória para as forças da contra-revolução.

As manobras e contra-manobras do 1.º de Maio em Lisboa, consolidaram essa vitória das direitas.

A manifestação do PS no seguimento de tais acontecimentos foi, pela mobilização e militância expostas, o coroamento de tal vitória. Pela primeira vez o PS, cuja direcção e linha política é profundamente contra-revolucionária, foi capaz de uma significativa mobilização de massas.

O PS, não sendo subjectivamente fascista é, neste momento, a força política utilizada pelo imperialismo para, aproveitando a instabilidade da situação, mobilizar amplas camadas no caminho da contra-revolução e do golpe fascista. O papel do PS é fazer em Portugal o que a Democracia Cristã fez no Chile e, cá como lá, o PS viria a sofrer logo que consumado o golpe fascista.

O imperialismo, dada a importância estratégica de Portugal no mundo capitalista, e dada a provável incapacidade da reacção interna em conseguir perpetrar um golpe, não deixará de considerar a hipótese de uma intervenção em Portugal.

A intervenção imperialista será tanto mais viável quanto maior for a desunião e a divisão no seio das classes trabalhadoras.

O MFA, que tem cumprido o seu papel histórico, não é nem pode ser, atendendo à origem de classe dos seus componentes, o motor do processo revolucionário.

Nas F.A. há oficiais de direita, há reformistas e indecisos e revolucionários (muito poucos). A fracção capaz de desempenhar um papel revolucionário não é o oficialato, mas os praças.

O papel dos oficiais progressistas não é o de se reivindicarem o papel de motor da revolução, mas sim o de se colocarem ao serviço do proletariado organizado.



OPORTUNIDADE DOS CONSELHOS DISCUSSÃO DA SUA PLATAFORMA

Da análise feita passou-se à discussão da plataforma dos CRTSM não tendo sido posto em causa nenhum dos seus pontos, a sugestão de alteração do ponto 3.º em pontão 4.º, ficando o ponto 3.º com a seguinte redacção:

Entretanto, e no sentido de a tornar mais explícita foram aprovadas as sugestões de aditamentos que passamos a expor:

O capítulo I (Tarefas Imediatas) deveria passar a capítulo II ficando o capítulo I, com o título "CARACTERÍSTICAS DOS C.R." a ser redigido da seguinte forma:

"Que os Conselhos obedecem, sob pena de não serem revolucionários ao seguinte:

1.º Sejam eleitos pelos trabalhadores ou praças que representam, em Assembleia Geral de empresa ou unidade, ou ainda, se a dimensão da empresa ou unidade o aconselhar, em Assembleia Geral de secção ou de companhia.

2.º Sejam controlados pela Assembleia de trabalhadores ou praças, que os elege, a cujas resoluções devem dar cumprimento e perante a qual devem prestar contas".

Ao conteúdo daquilo a que passaria a ser o II capítulo (Tarefas Imediatas), foi decidida a sugestão de alteração do ponto 3.º em pontão 4.º, ficando o ponto 3.º com a seguinte redacção:

3.º - "Até que seja possível a criação nos moldes acima definidos de Conselhos Revolucionários, devem ser criados nas empresas e unidades comitês pró-Conselhos Revolucionários que têm como tarefa todo o trabalho que conduza à criação dos Conselhos Revolucionários".

Ainda neste capítulo se decidiu do aditamento seguinte ao 4.º ponto:

4.º Estreitamente de relações entre trabalhadores e militares revolucionários, "através secretariados provisórios de zona dos CRTSM que devem coordenar e centralizar o trabalho nos diversos locais, empresas e unidades."

A reunião acabou com a eleição de novos elementos (civis e militares) para o Secretariado Provisório, ficando este instalado na Rotunda da Boavista, 76-3.º Esq. tel. 695080 Porto.

Criar Conselhos Revolucionários

1. O C.O.R.T. (Comité de Organização Revolucionária na TAP) considera a actual fase da crise política e económica em Portugal extremamente perigosa devido à inexistência de uma alternativa revolucionária; considera, também, que o problema fundamental que se coloca hoje na sociedade portuguesa é o problema do Poder.

2. Esta situação de crise, agravada pelas eleições burguesas e pelas recentes manobras e confrontações partidárias, impõe à classe operária e aos militantes revolucionários a rápida criação de uma alternativa ao sistema capitalista, alternativa que passa pela mobilização, organização e armamento de muitos milhares de homens.

3. A construção desta alternativa revolucionária e a independência nacional exigem a subordinação dos interesses partidários aos interesses de classe do proletariado e justificam o fim de certos organismos fechados e clandestinos. É por isso, que o C.O.R.T. se extingue e os seus elementos dão o seu inteiro apoio, que o C.O.R.T. se extingue e os seus elementos dão o seu inteiro apoio à criação dos Conselhos Revolucionários, conselhos democraticamente eleitos pela classe, e que se destinam à tomada e exercício do poder económico e político pelo proletariado.

4. Na TAP já aprendemos que as reivindicações meramente económicas conduzem a um beco sem saída, quando não são perspectivas de forma política e global.

Os Conselhos Revolucionários não se opõem nem substituem as comissões de trabalhadores ou as comissões sindicais. Enquanto estas têm carácter reivindicativo económico ou sindical, os Conselhos Revolucionários têm carácter político e visam a tomada do poder trabalhadores.

5. É neste contexto, que apelamos para a mobilização e organização dos trabalhadores da TAP. É indispensável criar desde já um órgão político dinamizador e coordenador da vontade e força dos trabalhadores TAP, que se insira numa organização mais vasta, a nível nacional, e englobe todo o proletariado urbano e rural.

NAS FÁBRICAS, NOS CAMPOS, NOS QUARTÉIS — CRIAR CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS.

Pela Ditadura do Proletariado
VIVA O COMUNISMO

C.O.R.T. (Comité de Organização Revolucionária na TAP)

PORTO: AS LUTAS DOS TRABALHADORES

A região do Norte do país registou nos últimos dias a eclosão de alguns importantes movimentos grevistas com centro principal na cidade do Porto. Trata-se de mais uma clara demonstração da capacidade de luta dos trabalhadores contra a exploração e a opressão capitalistas que, evidentemente, continuam e continuarão a existir em Portugal até ao dia da Revolução Socialista que permitirá instaurar a ditadura do proletariado.

Os referidos movimentos grevistas iniciaram, conforme se sabe, em dois sectores relevantes: os trabalhadores da Câmara Municipal do Porto e os de muitas outras autarquias nortenhas que aderiram à greve (paralizando portanto um vasto número de serviços públicos municipais) e os trabalhadores do sector

químico do Norte (afectando as indústrias de tintas, sabões, borrachas, plásticos, etc, dependentes daquele sector de ponta). Estas duas lutas surgiram no Norte simultaneamente com outras, sobretudo a dos trabalhadores de hotelaria e similares, esta já com dimensão nacional.

Embora não seja possível fazer aqui o balanço de todas as experiências e vitórias obtidas nestas lutas emancipadoras, nem por isso será possível esquecer toda a consciência de classe que tantos milhares de trabalhadores revelaram autonomamente e toda a sua potencialidade revolucionária, para além de sectarismos partidários e das manobras reformistas. Os trabalhadores em luta demonstram também no Norte, que a estabilização da democracia burguesa resulta, de facto, impossivell.

QUÍMICOS DO NORTE

A greve do sector das Indústrias Químicas do Norte foi desencadeada no passado dia 5. No dia 8 foi suspensa até ao dia 21. Abrangeu cerca de 15.000 trabalhadores de umas 110 empresas, registando-se porém algumas fábricas que, por certas razões, estiveram em actividade.

O nosso jornal foi ao Sindicato respectivo, que apoiava a greve, a fim de entrevistar alguns trabalhadores em luta. Ouvimos um dirigente sindical e um delegado da comissão sindical dos operários. Eis as suas declarações:

— A nossa greve foi decretada em plenário de delegados das Comissões Sindicais de Operários. Para melhor compreender o seu processo seria preciso historiar um pouco. A primeira luta surgiu com a fusão do sector dos plásticos com os dos químicos, em que surgiram bastantes dificuldades ocasionadas pelo Ministério do Trabalho e pela Intersindical.

REVOLUÇÃO: Como se iniciou a greve?

— Iniciou-se devido ao rompimento das negociações que se arrastavam há dois meses pelos representantes das entidades patronais. Este rompimento pela parte patronal teve o objectivo de fazer passar as negociações para a fase de arbitragem, no Ministério, que não poderia servir os nossos interesses. Ora nós não queríamos estabelecer uma luta directa com o Ministério do Trabalho mas sim com os patrões. Por isso não aceitamos a fase de arbitragem e entramos em greve. Por outro lado, no Ministério não aceitamos a presença de trabalhadores.

— É preciso lembrar que ainda há trabalhadores do nosso sector que ganham só 3.300\$00. Mas acima de tudo é preciso precaver-nos contra uma confusão que se tem gerado sobre o Sindicato das Indústrias Químicas do Norte. É que não foi

este sindicato que decretou a greve, foram as Comissões Sindicais Operárias, com as quais sempre temos trabalhado. A greve foi decidida em plenário dessas comissões!

REVOLUÇÃO: Quais são as dificuldades que têm tido?

— As maiores têm sido os boatos que pretendem criar confusão e a deturpação de notícias sobre a nossa luta dadas pela rádio e a televisão. No caso da rádio, cite-se, por exemplo, o RCP.

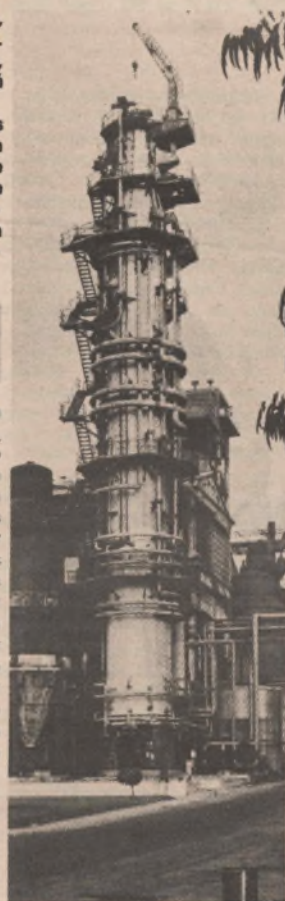
— Outras dificuldades têm sido criadas pelos "amarelos". A Fapobol, Ld.ª (Porto) está neste caso. As outras empresas que estão a trabalhar, como o Ar Líquido, a Cila a Sorettri, etc., apoiam-nos inteiramente mas justificaram a necessidade de continuar em laboração parcial. Só na Fapobol não concordaram com a greve e tentaram até boicotá-la. Hoje (dia 8) os trabalhadores de lá foram em peso,

de camioneta, para tentarem boicotar um plenário nosso. Retardaram o seu começo durante duas horas. Apareceram forças do COPCON e eles foram postos fora da sala. Mas depois vieram para aqui "para tomar conta do sindicato". Os grevistas impediram-lhes a entrada e eles foram, pelas traseiras, cercar este edifício. Os camaradas da Fapobol andam arrastados por engenheiros e assistentes e vão de fábrica em fábrica a anunciar boatos. Perante tudo isso o pessoal em greve tem instruções para não responder a actos destes.

— Mas enquanto a Fapobol do Porto toma essas atitudes, duas fábricas do sul enviaram-nos telegramas de apoio em que se manifestavam contra a direcção do seu sindicato, que consideram revisionista.

REVOLUÇÃO: Pensam atingir uma vitória?

— A finalidade da greve não é para obtermos seja o que for dos



patrões. A luta tem por objectivo levar a retomar as negociações mas não desejamos que as negociações sejam retomadas a nível do Ministério.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Os trabalhadores entregaram-nos um conjunto de documentos que havia divulgado e que incluía uma "normas regulamentares da

greve" e o último comunicado publicado, para o qual chamados aqui a atenção, e do qual transcrevemos extratos.

Camaradas!!!...

O respeito que temos pelo SIM à greve decretada na última assembleia magna, é o mesmo respeito do NÃO à greve que nos 15 dias anteriores, aquando da presença do Sr. Secretário de Estado, a mesma assembleia pronunciou.

Respeitou-se o NÃO!

Respeita-se agora o SIM!

E se existem dúvidas no espírito de alguns, quanto aos fundamentos claros, justos, e apenas laborais que nos levaram à greve — diremos:

— os duvidosos são os que escondem motivos políticos;

— os duvidosos são os reacçãoários;

— os duvidosos não são os camaradas;

— os duvidosos são os "carneiros" de antigamente, que teimam em ser, com mais lá e mais sabujice, os "carneiros" de agora.

Estamos em luta unidos e conosco os trabalhadores, nossos camaradas de outras câmaras, que já aderiram à greve.

CAMARADAS!

Diremos não aos anti-democratas que tentam insidiosamente boicotar a vontade expressa **DEMOCRATICAMENTE** pelos trabalhadores desta Câmara. Que esses não ocupem jamais lugares em órgãos de trabalhadores e sejam publicamente denunciados!!!

Os trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, em números aproximado de 3.500, repartem-se por todos os serviços municipais (recolha de lixo, limpeza de ruas e jardins, controlo de sanitários públicos, bibliotecas, canil, administração de cemitérios, etc.). Têm certas tradições de luta que vêm já do tempo da ditadura fascista. No entanto, tiveram de improvisar quase tudo, de "aprender-fazendo", pois foi esta a sua primeira greve total — com ocupação das instalações, piquetes e manutenção dos serviços públicos considerados essenciais. As dificuldades que foi preciso vencer foram neste caso muitas e grandes, num ambiente caracterizado por ameaças, manobras, incompreensões e hostilidades várias. Mas a experiência fez-se e deixou enormes vitórias para o futuro.

Desejando apoiar esta luta

autónoma, "Revolução" foi entrevistar alguns dos elementos da Comissão de Trabalhadores em reunião permanente nos paços do concelho. Iniciada no passado dia 5, a greve ia então no terceiro dia.

Disseram-nos:

Isto é um processo que se arrasta há já um ano. Mas o detonador principal da nossa greve foi a atitude do ministro da Administração Interna no dia 2 de Abril, sobre o congelamento dos aumentos salariais sectoriais.

— Temos sofrido o menosprezo dos poderes públicos, que sempre trataram connosco com injustiça. Há camaradas que ganham aqui pouco mais de três contos. Estamos a ser explorados... Basta dizer que chegamos a atingir cerca de 90% as diferenças, para as mesmas profissões ou equivalentes, que existem nos salários praticados pela Câmara em comparação com

os dos Serviços Municipalizados, por exemplo. Assim, por exemplo, um mestre-de-obras de 2.ª ganha aqui 5.300\$00 e lá passa para 9.500\$00. Ora esta situação, em vez de se atenuar, agravou-se até este ponto devido à atitude do Ministério da Administração Interna. O governo ficou com a palavra atrás e nós entrámos em greve. E vamos aguentar-nos até que o ministro responda.

Os camaradas das Câmaras de Gondomar, Lousada, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Penafiel, Póvoa do Varzim, Matosinhos, Marco de Canaveses e a Junta Distrital do Porto solidarizaram-se connosco e entraram também em greve. Os de Espinho decidiram fazê-lo a partir do dia 12. Por outro lado, temos o apoio dos camaradas de muitas outras Câmaras e o da Comissão Organizadora Provisória do nosso

A CANTINA DA ESCOLA DO LAVRADIO

nen apareceu.

Outro problema que se levantava era o equipamento da Cantina, era necessário frigorífico, máquina de empacotar, etc.

Continuamos a reunir, a fazer contas, até que resolvemos, ir pessoalmente ao IASE. Ai fomos extraordinariamente bem recebidos pelo presidente interino - isto no dia 9 - e no dia 10 já cá tínhamos o frigorífico,

máquina de cortar fiare, tabuleiros, congelador, tudo o que tínhamos encomendado. Passados oito dias já tínhamos a Cantina a funcionar".

O AVANÇAR DO PROCESSO

"Relativamente à nossa organização, há uma comissão de pais que se encarrega das encomendas, há uma comissão de mães que apoia aquela e há os empregados que orientam o trabalho e confeccionam as coisas.

O IASE resolveu pagar 1\$50 por cada criança (temos aqui cerca de 950), e cada uma paga cerca de 1\$00. Há algumas que pagam mais, mas não vai além dos 100\$00, 150\$00 mensais.

Nós pensamos se tudo continuar a correr bem, e se as crianças continuarem a corresponder com aquilo que estão a pagar, que é possível dentro de algum tempo arranjar duas pessoas a quem possamos pagar o ordenado, porque isto em regime de voluntariado não se poderá prolongar por muito tempo".

O ENSINO

"Relativamente ao ensino ainda não nos empenhámos verdadeiramente na modificação dos métodos, embora já se tenham algumas reuniões por causa disso e haja um número razoável de pais interessados. Por exemplo, foi necessário que se desse opinião sobre o livro da 3.ª Classe: reunimos professores e pais e apresentamos esse trabalho em conjunto. Pensamos que numa fase posterior, avançaremos nesse sentido. Para já, estamos empenhados em que as crianças se habituem a viver juntas, a comerem a mesma coisa sem desigualdade, educá-las já desde princípio e que cada uma delas não deve ter mais uma peça de fruta ou uma sandes que a outra.

Outra coisa que queremos modificar, é as relações que existem normalmente entre os professores e alunos. Isto é um bocadinho difícil, porque está muito enraizado neles, o olhar para nós e verem o senhor professor. Há que realçar que este processo, não o pre-

tendíamos só aqui, mas sim que as pessoas não estavam algá-lo a todo o Barreiro. Ainda dispostas a trabalhar, a encarar se tentou fazer reuniões com 10 problemas, e acabamos por arrastar, mas o que é certo, é rancar sozinhos".

Mas o que é importante é com os das comissões de moradores e de trabalhadores organização de tipo novo no Concelho (e não só), organização essa que permite aos trabalhadores, interferirem num problema que a todos diz respeito - o ensino. Há que encontrar, contudo, a forma de exercer o poder pelos trabalhadores.

Sedes

ALGES — Rua Victor Duarte Pedrono, 15
ALGES DE CIMA

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29

BRAGA — R. Santa Margarida, 169. 1.ª

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10. 6.ª
Tel. 2763267 / 2763397 / 2763122

COVILHA — Rua Visconde da Coriscada, 60

EVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Goerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio

LAVRADIO — R. Dr. José Carcano Lobo, 12

LISBOA — Sede Central do Partido
Rua Castilho, 70 — Tel. 48119

Organização Regional de Lisboa
Av. da República, 75 (a abrir brevemente)

Jornal "Revolução"
Rua do Arco do Carvalho, 1, 5.ª Dt.ª — Tel. 682323

LOULE — Av. José da Costa Mealha, 39. 1.ª

MANGUALDE — Rua Nova, 20

MARINHA GRANDE — R. Marquês de Pombal, n.º 16

OLHAO — Rua 18 de Junho, 04 B-C

PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Tel. 243412

PORTO — Rotunda da Boavista, 76, 3.ª Esq.
Tel. 695080

Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759 / 315786

S. JOAO DA MADEIRA — R. Jaime Afreixo, 152

SACAVEM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETUBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espregueira
Tel. 22558

VISEU — Rua Cândido dos Reis, 55

Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68
(a abrir brevemente)

ALMADA — R. Trindade Coelho — Cacilhas
(a abrir brevemente)



Surgiu no Lavradio - Barreiro, uma nova forma de administrar uma Cantina para crianças, com a participação dos pais, professores e empregados da escola. Eles estão empenhados num objectivo comum: modificar as estruturas existentes, acabar com as diferenças entre alunos pobres e ricos, educar as crianças no sentido da igualdade, do socialismo. Por isso estivemos na escola do Lavradio e ouvimos a comissão que se ocupa da Cantina.

COMO SURGE A TRANSFORMAÇÃO DA CANTINA

"Começou por se convocar uma reunião de pais, à qual compareceram um número bastante grande de pessoas - cerca de 400. Lançamos a ideia de como é que pensávamos que uma cantina devia funcionar numa via socialista - todas as crianças tinham os mesmos direitos. Portanto a Cantina, que até funcionava para crianças pobres, como se fosse uma escola, tinha que acabar e passar a ser para todos".

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Continuação pág. 6

sindicato, que vem desde a primeira hora.

— É que a nossa vitória representará também a vitória deles, de todos. Por isso toda a função pública e todas as autarquias locais estão interessadas na nossa luta. Aliás, o ponto 5 do nosso caderno reivindicativo já dizia expressamente: "Como medida imediata, no plano social e económico, igualdade de salários e tratamento para níveis idênticos de vários sectores de servidores do Estado, municipais e municipalizados e empresas públicas, e, como meta a atingir a curto prazo, idêntica equiparação aos trabalhadores das empresas privadas."

Perguntámos qual a atitude dos nossos entrevistados quanto às reacções em geral que a greve estava a provocar.

Respondeu um trabalhador: — Falam de reacção... Eu não sei o que é a reacção, sei sim, o que são os nossos direitos. O governo ficou com a sua palavra atrás. Mas, sobre a nossa luta, há uma desigualdade de tratamento nos órgãos de informação, na televisão. Por isso se verificam certas reacções negativas. No entanto, só interesses partidários podem tentar

arrastar esta luta para fora do seu terreno.

— Têm corrido imensos boatos na cidade e aparecido telefonemas nos nossos postos a anunciar falsamente o termo da greve. Quem fazer-nos desistir. A medida que os dias passem, vão agravar-se estas tentativas de sabotagem. Mas a resposta da maioria dos trabalhadores é só uma: sim à greve! (Neste momento da entrevista, chegou uma notícia alarmista à Comissão de Trabalhadores: uma bomba iria explodir junto aos paços do concelho. Mas não explodiu nada...)

— Que experiências vos deu até aqui a vossa luta? — perguntamos.

— Temos como experiência maior a consciencialização de todos nós, trabalhadores, perante a entidade patronal que nos explora, a demonstração do nosso espírito de sacrifício. Há a salientar também o desejo de não afectar o público, mantendo da nossa unidade e da disciplina no trabalho, nas comparências normais aos horários. Existe um certo grau de consciencialização política dos trabalhadores em geral. Há já muitos que sabem o que querem!

TRABALHADORES EM LUTA



REVOLUÇÃO: Qual a data de origem e quais as razões concretas da vossa luta?

A nossa luta arrasta-se de muito antes do 25 de Abril, nessa altura iniciamos uma greve de horas que levou a gerência a instalar nas nossas instalações agentes da PIDE que cá permaneceram durante três semanas, exercendo os seus já conhecidos processos, perseguições, interrogatórios, etc. Devido a isto foi aberto um processo com 104 nomes de trabalhadores, que seriam enviados para Caxias no dia 28 de Abril de 1974.

Surge então o 25 de Abril, que nos dá possibilidade de uma maior activação e continuidade na luta. Esta luta, todavia, continuava a ser boicotada por parte da gerência que, para isto usa vários expedientes como, corte de combustível de sobresselentes indo até às provocações. Continuavam, aliás, as costumadas pressões sobre determinados trabalhadores. Nessa altura os trabalhadores desejavam uma espécie de cogestão da empresa. E neste contexto que aparece a formação de uma comissão de trabalhadores que vê o seu trabalho terrivelmente dificultado, pela não cedência a qualquer das nossas exigências por parte da gerência.

Em Dezembro de 1974 elaborámos um caderno reivindicativo que, como já era hábito, não veria nenhuma das nossas reivindicações aceites pela gerência, apesar de andarmos durante dois meses em negociações com a gerência.

Esta luta sofre mais um impulso quando todos os trabalhadores exigem uma diminuição do número de horas extraordinárias. Um aspecto que merece ser notado é o de o Sr. Zagalo ter no dia 11 de Março

uma reunião marcada com os trabalhadores a que não compareceu. Viemos mais tarde a saber que este mesmo senhor tinha uma passagem marcada previamente de avião para Espanha.

É necessário também dizer que houve várias tentativas de levar ao desemprego alguns empregados de escritório; além disso o dito cavalheiro sempre se recusou a cumprir os contratos de trabalho só cedendo em tribunal. Isto já depois do 25 de Abril.

REVOLUÇÃO: Sintetizando quais são os resultados concretos obtidos no decorrer da luta?

RESPOSTA — Elaboramos um caderno reivindicativo que, diga-se em favor da verdade, nenhuma das suas premissas foi aceite pela administração. O que alcançamos foi a distribuição equitativa do subsídio de alimentação dos motoristas e cobradores, que ascendia a 600.000\$00 por todos os empregados da empresa. E evidente que a administração nada cedeu, a cedência foi feita por parte dos motoristas e cobradores que prescindiram desse dinheiro, em favor de todos os empregados.

REVOLUÇÃO: Qual a forma de organização que gere actualmente a empresa?

RESPOSTA — Temos uma comissão que é composta por 18 elementos distribuídos em três sectores — exterior, contactos com o Ministério e autoridades progressistas para que apoiem a nossa luta.

E esta comissão que, actualmente, tem toda a responsabilidade do funcionamento da empresa. Será necessário, talvez, referir que se estamos a trabalhar em auto-gestão é uma auto-gestão que nos foi forçada pelas circunstâncias específicas de que se reveste esta nossa luta.

Circunstâncias que se podem referir, a título de exemplo o facto de a administração ter votado a empresa ao abandono, chegando ao ponto de não deixar aumentar a frota de autocarros que como se sabe é uma necessidade premente para os utentes dos autocarros. Aproxima-se a época da praia e temos cerca de vinte e três autocarros parados por falta de determinadas peças... E nesta altura que mais do que nunca todos precisamos de autocarro. É importante frizar que esta luta que iniciamos a 20 de Abril de 1975 não é tendo em vista aumento de salários nem quaisquer outras regalias, o que acontece é que temos consciência da necessidade de mais autocarros nesta época, de contrário não poderemos servir convenientemente o público.

REVOLUÇÃO: Qual a importância da Transul nesta zona?

RESPOSTA — A Transul nos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra é extraordinariamente importante. A empresa João Maria dos Anjos também é nossa além da Cetobriga. A Transul é uma das empresas mais importantes do país, pois serve uma zona de grande densidade populacional.

A guisa de conclusão posso dizer que a Transul é a empresa

TRANSUL

de transportes públicos com maior rentabilidade no país.

REVOLUÇÃO: Qual é o número de trabalhadores que a empresa desloca?

RESPOSTA — A Transul tem cerca de 750 trabalhadores distribuídos por cerca de 5 sindicatos: Motoristas, Metalúrgicos, Garagens estações de serviço e Ofícios Correlativos que engloba a dos cobradores.

REVOLUÇÃO: Como encaram o processo de autogestão em sociedade capitalista?

RESPOSTA — Pensamos que, de forma alguma ela serve os trabalhadores, simplesmente no nosso caso, foi a única forma que vimos para garantir o funcionamento da empresa. Pensamos que pode ser uma fase da tomada do poder pelos trabalhadores.

A nossa ideia é a nacionalização da empresa que posso adiantar que se encontra numa fase bastante adiantada. Enquanto tudo isto decorre já pedimos a nomeação de um administrador por parte do Estado, que trabalhe para a empresa em colaboração com a comissão de trabalhadores.

REVOLUÇÃO: Como é que os trabalhadores da Transul encaram o processo das nacionalizações?

RESPOSTA — A maioria dos trabalhadores encara este processo, digamos, com um sorriso nos lábios. Todos desejamos que a Transul seja rapidamente nacionalizada.

Actualmente a Transul está a ser gerida pela Comissão de Trabalhadores que é, precisamente, o executivo da vontade dos trabalhadores.

REVOLUÇÃO: Têm conhecimento do processo desencadeado pelos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores?

RESPOSTA — Não desencadeámos esse processo, talvez porque, sabe... nunca tivemos aqui na empresa sessões de esclarecimento, assim desse género...

Nós pensamos que esta comissão é mais ou menos um Conselho Revolucionário de Trabalhadores.

Pensamos, aliás, que esta é a melhor maneira, de nós trabalhadores podermos impor a nossa força. Sem eles é difícil tomar determinadas posições que por vezes são necessárias.

Para terminar queria só fazer um apelo a todos os trabalhadores portugueses para que lutem, como nós aqui temos lutado, para o derrube total do capital, e para que a reacção neste nosso país não volte.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

B. R. T. — Brigada Revolucionária de Trabalhadores

Devido ao impasse em que se encontrava a luta dos trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, formou-se a B. R. T. que foi aprovada em plenário geral de trabalhadores no passado dia 18 de Abril.

O reaccionarismo existente naquela casa motivado pelas cunhas dos Srs. Directores da inteira confiança do regime fascista, têm entravado grandemente a luta dos trabalhadores que só ao fim de um ano do golpe de 25 de Abril conseguem avançar para formas concretas de luta.

Começaram pelo saneamento de sete directores, pois era aí que estava parte do grande mal. Pretendem em seguida modificar toda a estrutura existente na Santa Casa, modificação essa que passará pela participação activa e efectiva de todos os trabalhadores.

A B. R. T. tem como princípio básico ser apartidária, pois consideram e têm experiência disso que as lutas partidárias existentes dentro da Santa Casa, mais não têm contribuído do que para a divisão dos trabalhadores.

Elementos da B. R. T. denunciaram-nos o que tem sido aquela casa até esta data.

A admissão de trabalhadores passava pelo apadrinhamento dos administradores, dos directores ou da PIDE.

O carácter mafioso com que muita gente actua dentro da Santa Casa, que a própria administração não chega a tomar conhecimento das coisas que lá se passam.

Os lucros fabulosos do Totobola (que no papel está muito certo), numa parte vai para o desporto. Que desporto e ao serviço de quem?

Outra parte vai para a assistência, que a partir de agora se pretende seja canalizado pelas Comissões de Moradores para ajudar os mais necessitados.

A lotaria, uma parte serve para a conservação do património da Santa Casa - museus, igrejas, quintas, ect, a outra parte vai também para assistência.

Totobola, lotaria, igual a mil e tantos contos de lucro por dia.

Todo este dinheiro, vem dos bolsos dos trabalhadores que não vêem o logro em que caem quando jogam no totobola e na lotaria. A este dinheiro ainda há a juntar os prémios que não são levantados.

Totobola e lotaria mais uma jogada da sociedade capitalista que há que denunciar, mais uma forma a juntar a tantas outras de explorarentreter os trabalhadores.

TRABALHADORES EM LUTA

INDÚSTRIA HOTELEIRA

Na última semana assistiu-se a mais uma série de movimentos grevistas, sendo a greve da Indústria Hoteleira aquela em que o número de grevistas foi maior — cerca de 50 mil.

Um dos factos importantes desta greve foi o apoio da Intersindical, que finalmente se fez notar.

No decorrer de várias conversas que tivemos com trabalhadores da Indústria Hoteleira, e de uma entrevista que fizemos verificámos que foi grande a aderência à greve, dos pequenos e médios comerciantes, e aqueles que não quiseram aderir, os trabalhadores entraram em conversações numa atitude conciliatória para que aqueles colaborassem com eles.

Perguntámos: Será que a Intersindical só acha justas as lutas (e por isso as apoia) em que há o apoio do pequeno e médio comerciantes?

Será que a Intersindical não acha justas as lutas nas quais os trabalhadores se opõem frontalmente ao patronato, seja ele pequeno, médio ou grande?

Porque é que a Intersindical caluniou tantas greves, dizendo que elas eram motivadas por agentes do patronato — casos da TAP, CTT, Lianava, etc. — e esta em que realmente há uma aderência de patrões, ela a apoia?

Pensamos que a pequena e média empresa mais não são do que fruto de uma sociedade capitalista, e a luta a travar não será somente contra os grandes monopólios mas também contra a pequena e média empresa. Para os trabalhadores e luta a travar é contra o patronato seja qual for a sua classificação.

Para a Intersindical e não só, na sociedade socialista cabem os pequenos e médios comerciantes. Para nós, eles não tem lugar, porque são exploradores, porque são agentes da burguesia. A ditadura do proletariado, terá que ser exercida sobre eles também!

REVOLUÇÃO: Qual foi a origem da vossa luta?

RESPOSTA — A origem da nossa luta foi motivada pelo acordo do protocolo assinado no Ministério do Trabalho por uma comissão de trabalhadores do nosso sindicato, à qual o Grémio resolveu convocar uma comissão para negociar o nosso próprio contrato colectivo de trabalho. Foi assinado em princípio tudo o que nós queríamos.

Essa comissão do Grémio assinou. Nessa altura estavam à espera das eleições para ver se havia uma viragem, e poder assim contrariar o que estava aprovado no nosso contrato colectivo. O resultado viu-se e eles negaram tudo o que já tinham assinado. Depois disto e terminado o tempo que tinham dado, 15 dias, só havia uma hipótese — era entrar em greve.

Essa greve tinha uma ideia base — prejudicar a todo o custo o capitalismo e a burguesia que frequentava certas e determinadas casas da capital.

Fez-se um programa de greve. 1.º dia ao almoço, 2.º ao jantar e ao 3.º dia greve total.

REVOLUÇÃO: Como decorreu a vossa luta?

RESPOSTA — A grande luta começou no terceiro dia em que entramos em greve à meia-noite, precisamente por causa daquelas casas, que têm licença para estar abertas até às duas horas da manhã. A luta do segundo dia, terminava às 10

pequeno e médio comerciante e isto só por si era uma grande vitória. Podíamos mostrar ao Ministério que tínhamos elementos precisos e que a nossa luta estava a ser seguida, não só por nós todos unidos como também o patronato pequenino e médio estavam connosco.

Outro problema que surge é o da feira popular. Aqui tivemos novo confronto com o patronato, tiramos inclusivamente os espetos dos frangos que estavam a assar e fomos ameaçados, felizmente que estas ameaças não foram para a frente porque tivemos sempre a ajuda do povo, que colaborou connosco inteiramente.

REVOLUÇÃO: Qual é a percentagem de casas que tentou furar a greve?

RESPOSTA — Aproximadamente 30%. Não obrigavam os trabalhadores, mas tinham consigo pessoas que nem sequer eram profissionais como primos, tios etc.

REVOLUÇÃO: Esses 30% referem-se a zonas inteiras, ou são casos isolados?

RESPOSTA — Foram casos isolados como por exemplo em Setúbal, Costa da Caparica, Linda a Velha, Vila Franca de Xira, como se vê em redor da cidade e longe uns dos outros o que dificultava os piquetes porque tínhamos poucos carros e levava bastante tempo a lá chegar. Um outro caso sucedeu em Braga, um patrão que ameaçou os trabalhadores e o piquete com uma arma de fogo, acabou por ser preso. Foi em seguida libertado, chegou à empresa e despediu todo o pessoal. O caso já seguiu superiormente e espera-se que os trabalhadores sejam readmitidos ou então ele terá que lhes pagar a indemnização.

REVOLUÇÃO: Como é que vocês estavam organizados nos piquetes?

RESPOSTA — Nós tínhamos um serviço de telefone no nosso sindicato e as chamadas era muitas. Tínhamos aproximadamente 30 viaturas, e muita gente a pé. Havia muitos trabalhadores que ficavam de piquete na própria casa. Tínhamos que salvaguardar isto para que o patrão não ficasse com a chave e não abrisse mais a porta. Quando o piquete estava de serviço chegava ao fim do turno era substituído por outro piquete e o outro ia dar reforço ao nosso sindicato. Isto nas

empresas em que o patronato se tornava suspeito porque por exemplo aqui o meu patrão aderiu à própria greve, ele concordou com todas as reivindicações dos trabalhadores.

REVOLUÇÃO: Vocês estiveram de acordo com o facto da Portugália e da Trindade estarem abertas, apesar da situação daquelas empresas ser diferente da vossa?

RESPOSTA — Nós tínhamos previsto que as casas que estavam sob controle do estado, que estavam em auto-gestão, ou nacionalizadas não poderíamos intervir nelas. No entanto esperávamos que eles colaborassem totalmente na nossa luta. Há um caso a realçar que é o da Wagons-Lits - estação de Santa Apolónia que aderiram completamente.

E de lamentar que os outros camaradas o não tenham feito, pois se eles quisessem aderir, ninguém os obrigava a trabalhar tal como aconteceu no Wagons-Lits.

REVOLUÇÃO: Qual foi o

resultado da vossa luta? O patronato cedeu em tudo?

RESPOSTA — Cedeu em tudo excepto no sector da hotelaria. Houve uma comissão que foi formada pelo governo para estudar esse assunto e realmente nesse sector não foi possível.

REVOLUÇÃO: Em Lisboa, cada vez se come pior e se paga mais. Vocês prevêm de alguma forma alterar este estado de coisas?

RESPOSTA — Quando dizíamos que nós estávamos com o povo queríamos esclarecer esse mesmo povo. O patronato ao ter as tabelas aprovadas pelo Estado, de preços máximos onde as taxas já estavam incluídas, o cliente pagava já o preço máximo a taxa, e o empregado era obrigado a incluir a taxa outra vez, que aumentava consideravelmente o prato. Relativamente à qualidade da comida, não está previsto no nosso contrato, mas cabe às missões de trabalhadores de cada empresa, tomarem posição acerca disso. E em casos de auto-gestão o cliente pode ter a certeza de que é bem servido.

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA EM ALMADA

O processo revolucionário que actualmente se vive em Portugal, exige apurado estudo para que, consequentemente, se tomem as medidas que a situação exige. Essas medidas só poderão ser coerentes, se tomadas pela classe que é potencialmente revolucionária, a classe operária.

São os operários que mais dramaticamente sentem a iniquidade do sistema capitalista.

Ao ocuparmos um edifício na R. Trindade Coelho em Cacilhas tivemos em mente a criação de uma Universidade Proletária que se destine a uma formação teórico-prática que sirva de instrumento à classe operária, no actual processo revolucionário.

Sendo a margem sul uma região com fortes tradições de luta proletária, impunha-se, portanto, a criação desta Universidade.

A participação dos trabalhadores é condição necessária para a abertura desta Universidade, abertura esta, que contamos ser MUITO EM BREVE.

Excusado será dizer, que não serão necessárias quaisquer habilitações bem como se não farão exames, nem dados diplomias.

ESTA UNIVERSIDADE DESTINA-SE A TRABALHADORES, como tal, a tua presença é necessária.

Serão estudados problemas relacionados com:

História do Movimento Operário

Sindicalismo

Gestão

Economia

Violência no processo revolucionário

Estratégia Militar

Artes Marciais

Inscrite-te na Sede do PRP-BR-Estrada Nacional n.º 10, n.º

6-1.º Dtº

Todos os dias

COVA DA PIEDADE — das 21H. Às 24H.

Comité para a criação da Universidade Proletária do núcleo da Cova da Piedade do PRP-BR

O MINISTÉRIO DO TRABALHO EM CAUSA

SOC. DE PARAFUSOS FLORESCENTE

Os trabalhadores da Soc. Parafusos Florescente enviaram-nos um comunicado no qual descrevem toda a sua luta desde 1974.

Dado que já inserimos no nosso jornal N.º 36 uma entrevista com os trabalhadores daquela firma, transcrevemos apenas a parte do comunicado que nos relata as andanças dos trabalhadores pelos Ministérios, os conflitos havidos com o Ministério do Trabalho, e como tiveram de recorrer ao Conselho da Revolução.

Em princípio de Março, fomos convocados para o Ministério do Trabalho por duas vezes, não se tendo chegado a qualquer conclusão, dado que a administração cortou o diálogo com os trabalhadores na presença do Representante do Ministério, chegando ainda a ameaçar um elemento da comissão com o tribunal, por este ter denunciado o não cumprimento por parte da administração de uma portaria do Ministério do Trabalho que estava em vigor desde Novembro de 1974. Impondo ainda ao Ministério do Trabalho a presença de um "consultor jurídico" em futuras reuniões. A administração ao cortar o diálogo com os trabalhadores tinha em mente, que estes seriam derrotados no fim do mês, pois pensava que estes não conseguiriam arranjar dinheiro para os salários, no que se enganou redondamente pois os trabalhadores receberam integralmente o seu vencimento, mercê do apoio que recebemos de muitos trabalhadores e de várias firmas nossas clientes.

Entretanto o Ministério do Trabalho tem convocado separadamente a comissão de trabalhadores e a administração, fazendo propostas à comissão que tinham um único fim (entrega imediata da administração nas instalações da empresa), a fim de que esta assinasse os cheques e demais documentação.

Estas propostas foram imediatamente rejeitadas pelos trabalhadores, dado que a serem aceites punham em perigo toda a nossa luta.

Em 21 de Março a reunião havida com o secretário do Primeiro Ministro (Dr. Espinha) alvitrou-se a hipótese da constituição de uma comissão administrativa, ideia essa que foi transmitida ao Ministério do Trabalho imediatamente. Durante 15 dias esperaram os trabalhadores que o Ministério sancionasse essa comissão. Ao fim destes dias e depois de muita insistência o membro do governo, Dr. Espinha, acabou por nos declarar que ao abrigo de um decreto qualquer, essa comissão administrativa não podia ser criada.

Entretanto o tempo passa e o Ministério do Trabalho propõe de novo a entrada nas instalações do caduco administrador Dr. Restani Pinto o qual seria acompanhado por um "fiscal" do Ministério do Trabalho o que foi recusado pelos trabalhadores.

Entretanto as relações comissão-Ministério começam a esfriar, devido ao facto da representante do Ministério se sentir "ultrapassada", devido à

comissão ter pedido uma entrevista com o seu chefe directo Dr. Eugénio Rosa, este senhor, apesar da comissão de trabalhadores já lhe ter pedido mais do que uma entrevista, sempre se recusou a receber-nos alegando "reuniões importantes".

Entretanto a comissão de trabalhadores foi convocada para o Ministério do Trabalho em 17 de Abril, onde lhe foi entregue para assinaratura um documento cujo título era: ACORDO REALIZADO ENTRE OS TRABALHADORES DA SOCIEDADE DE PARAFUSOS FLORESCENTE E A ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA.

A comissão de trabalhadores não assinou esse acordd, dizendo ao Ministério do Trabalho que o mesmo tinha que ser discutido em plenário, dado que o mesmo, não tinha sido realizado entre as partes interessadas.

Nesse mesmo dia 17, realizou-se um plenário na Soc. Parafusos Florescente, para discussão desse "acordo", tendo os trabalhadores concordado em geral com o mesmo, fazendo no entanto algumas alterações; sobretudo no ponto em que o Ministerio do Trabalho exigia a reintegração imediata dos trabalhadores suspensos. Pois os trabalhadores não podem aceitar que os indivíduos como os "suspensos" possam andar livremente pela empresa prejudicando a luta dos trabalhadores ou lutando mesmo abertamente contra eles. O plenário contrapôs que os trabalhadores só seriam readmitidos depois de ter sido feito o inquérito com vista a saneamen-

tos, caso não se provasse haver matéria para isso.

Dia 18 de Abril, a comissão deslocou-se novamente ao Ministério do Trabalho afim de fazer entrega das decisões do plenário dos trabalhadores, e depois de aguardar algum tempo, a delegada do Ministério do Trabalho, declarou-nos o seguinte: "ACHO ABSURDAS AS VOSSAS CONCLUSÕES E IRÁ SER NOMEADO UM GESTOR (por parte do governo) PARA A VOSSA FIRMA". Boas tardes meus senhores.

A comissão de trabalhadores pediu imediatamente para ser recebida pelo Dr. Eugénio Rosa, mas este senhor alegou (segundo palavras de um funcionário do Ministério), que não nos podia receber por se encontrar numa reunião.

A comissão insistiu seguidamente para falar de novo com a delegada do Ministério, e este recebeu-nos de imediato, tendo a comissão de trabalhadores perguntado: porque é que o Ministério do Trabalho acha absurdas as nossas conclusões?

Resposta da delegada do Ministério (Dr.ª Maria Armanda): "Porque o Ministério do Trabalho não pode sancionar sequer o "acordo" que lhes tinha sido presente, quanto mais as vossas conclusões!"

Perguntámos os motivos e a resposta veio: Porque o acordo é uma ideia do dr. Espinha (secretário do 1.º ministro), e acrescentou a delegada do Ministério, o dr. Espinha tinha em mente que um dos elementos

da comissão tripartida fosse o dr. Restani Pinto.

Argumentámos seguidamente a delegada do Ministério ficou de pôr à aprovação do Dr. Eugénio Rosa o "Acordo", tendo dito que nos dava uma resposta sobre o mesmo, no dia 21, sem falta.

Dia 21 de Abril, a Comissão tentou entrar em contacto com a delegada do Ministério do Trabalho e fomos informados de que a referida senhora se encontrava doente. Perguntámos se havia algo para nós e responderam algum tempo depois: "Telefonámos para a Sr.ª Dr.ª e esta disse que o assunto estava difícil em virtude de não se conseguir encontrar um gestor para a empresa".

Em face disto, resolveu a comissão de trabalhadores entrar em contacto com o Conselho da Revolução, o que fizemos em 21 pelas 17 horas.

Do contacto havido com o Conselho da Revolução em 21 e 23 de Abril, algumas esperanças nos restam, mas, entretanto perguntámos:

QUEM DEFENDE OS TRABALHADORES?
OS MINISTÉRIOS? NÃO!
A INTERSINDICAL? NÃO!
OS SINDICATOS? NÃO!
Os trabalhadores da Sociedade de Parafusos Florescente sentem-se escorraçados por estes organismos!
NA PRÁTICA:
QUEM DEFENDE OS TRABALHADORES SÃO OS TRABALHADORES.

PARCERIA A. M. PEREIRA

É notória a incapacidade dos ministérios de resolverem os assuntos que lhes são entregues.

Os trabalhadores andam dum lado para o outro e dificilmente vêem os seus problemas ser atendidos, principalmente aqueles que avançam para formas de luta mais avançadas, como é o caso das ocupações.

São as ocupações de terras e o IRA não resolve. São as ocupações de fábricas como a Euforil a Sociedade de Parafusos Florescente e tantas outras - e os ministérios não resolvem. Vêem assim os trabalhadores as suas lutas emperradas a nível governamental.

Agora mais um caso, o da Parceria A.M. Pereira, que além dos ministérios, ainda se têm que haver com a banca que também nada lhes resolve e já está nacionalizada (ao serviço do povo).

comunicado dos trabalhadores da Parceria.

"Todo este vai e vem de controversas hipóteses de solução para o caso da Parceria, vai tomando perante os trabalhadores, a forma já demasiado concreta de uma teia que perigosamente poderá tolher a luta dos trabalhadores desta firma.

ASSIM, ESTES PERGUNTAMOS:

Porquê a demora do Dr. Alberto Monteiro, e o protelar de prazos para uma solução, de acordo com o que pelos trabalhadores foi exigido?

Porquê o esfriar progressivo da Banca perante o caso, quando partiu de um absoluto optimismo?

Porquê duas cartas em catadupa de autoria do Dr. Alberto Monteiro para uma via de solução com base na apresentação da falência fraudulenta, mas com a condição de que

fique este senhor ilibado de toda e qualquer responsabilidade?

Os trabalhadores da Parceria, conscientes da atitude tomada, não podem aceitar as oscilações entorpecentes em que as entidades atrás referidas se têm lançado, como se de um jogo de cabra cega se tratasse.

Será que todo o esforço que temos desenvolvido para sobreviver nesta situação, conseguindo ter os vencimentos em dia, pagando despesas da firma não aumentando o passivo, pelo contrário, em alguns casos diminuindo-o ate. Será que isto só serve para que NINGUEM SE PREOCUPE COM A SITUAÇÃO DA PARCERIA?

Porque será que a Banca e o Ministério da Economia (Organismos Estatais) não fazem convergência de esforços futuros, para encontrar a solução do problema?

Tivemos conhecimento de que a Banca reúne no próximo dia 6

XAVIER DE LIMA QUEREMOS TRABALHAR

Os trabalhadores da Firma António Xavier de Lima em luta há cerca de seis meses pela sobrevivência da empresa e salvaguardar dos interesses dos clientes, não têm tido da parte das entidades responsáveis o apoio que seria de desejar. Pois não obstante a confirmação de fraudes feitas pelo proprietário da firma que conduziu à medida cautelar de congelamento de contas bancárias e bens de Xavier de Lima decidida em Conselho de Ministros em 19 de Fevereiro de 1975 e do inquérito efectuado pela Secretaria de Es-

tado da Habitação e Urbanismo, Trabalho e Orçamento ter ficado concluído há cerca de três meses continuamos a aguardar a prometida intervenção do Estado, continuando a firma a adiar-se cada vez mais perdendo-se as potencialidades de milhares de mãos de obra de cerca de 300 trabalhadores bem como de máquinas e outros, o que não contribui em nada para o avanço do processo revolucionário em que todos deveríamos estar empenhados.

ABAIXO O CAPITALISMO VIVA A CLASSE OPERÁRIA

de Maio com os credores da Parceria. Entende esta Comissão que deve estar presente já que representam os trabalhadores, principais interessados no que possa ser estabelecido nessa reunião.

Como tal comparecerá na mesma.

Os trabalhadores da Parceria ficam a aguardar solução imediata e concreta para uma situação que não só os afecta, como põe em risco a continuidade de trabalho de outros trabalhadores das firmas credoras desta empresa.

ANGOLA

NITO ALVES EM LISBOA

A vinda a Lisboa de Nito Alves, membro da Comissão Central do MPLA e comandante da 1.ª região político-militar de Angola, proporcionou-nos a possibilidade de estarmos presentes na Conferência de Imprensa que deu quinta-feira passada, dia 8, na Casa de Angola, bem como de o entrevistarmos.

Embora a imprensa diária tenha já divulgado algumas afirmações feitas pelo comandante Nito Alves na referida Conferência de Imprensa, não queremos deixar de transcrever, pela importância que entendemos terem, algumas passagens das palavras proferidas por este elemento da Comissão Central do MPLA.

Após ter referido os últimos massacres que as forças armadas da FNLA (ELNA) desencadearam contra os militantes do MPLA

(espancamentos, tortura, enforcamentos, etc.), Nito Alves abordou a questão do bloqueio a que está sujeita a acção dos diversos ministérios dirigidos por camaradas do MPLA, tendo mesmo referido que "na altura em que o camarada ministro Lopo do Nascimento fazia uma conferência de imprensa", "a certa altura, em comunicado dimanado pelo alto-comissário, acabava pura e simplesmente por fazer a interrupção do prosseguimento da Conferência de Imprensa".

EXPULSÃO DE MILITANTES DO MPLA NO SECTOR DA SAÚDE E NA ADMINISTRAÇÃO

"Hoje os hospitais em Luanda sofrem uma grande carência de técnicos profissionais de grande altura, por uma simples razão: é que grande parte dos militantes do MPLA, bons enfermeiros,

excelentes médicos foram expulsos, sem que o governo se pronunciasse em relação ao problema".

Também no Zaire e no Cuanza Norte "todos os funcionários da administração que simpatizam com o nosso movimento, estão sendo também exonerados unilateralmente pelos respectivos ministérios, os quais não são da responsabilidade do nosso movimento". "Assim se explica hoje em Luanda um afluxo impressionante do campo para as cidades por parte de camaradas que se vêem numa situação gravíssima de sobrevivência pessoal".

"O SILÊNCIO DE PORTUGAL LEVANTA UMA GRANDE INTERROGAÇÃO EM TERMOS DE LUTA REVOLUCIONÁRIA"

"Ora, era profundamente natural, absolutamente lógico e

Conferência de Imprensa na Casa de Angola

até uma exigência da própria história da descolonização, que, perante a degradação da situação em Angola e a violência da reacção, o governo português, o MFA, dois grandes centros de decisão assumissem em Angola as respectivas responsabilidades decorrentes da própria Carta assinada no Alvor".

"O nosso povo em Angola não pode, de certa maneira, entender que, no momento em que a repressão nazi em Angola é um facto incontestável e em que se assiste a uma invasão, já não silenciosa mas aberta, ostensiva por parte dos mercenários que saem do Zaire, não se pode compreender que haja em Portugal um silêncio que deixa muito a desejar, um silêncio digamos, que levanta uma grande interrogação em termos de luta revolucionária, excepção feita aos órgãos de comunicação social que procuram, de certa maneira, informar o bom povo português das grandes ocorrências em Angola.

Concretamente falando a atitude do alto-comissário em Angola, não parece aos olhos do nosso movimento, não se nos antolha perfeitamente clara, é qualquer coisa de dúbio, qualquer coisa de infirmez, uma infirmez que, na prática, deve roçar os limites duma passividade a que já chamamos colaborante e, na prática prática, essa mesma infirmez visa, possivelmente, a possibilidade da instalação em Angola das forças da reacção.

É aqui que, em termos de descolonização o nosso movimento chama a atenção do Alto-Comissário em Angola, a subsequente atenção do governo em Portugal, e a atenção do MFA, para que, de facto, tenham a coragem suficientemente grande, até por honra ao acordo do Alvor, de fazerem cumprir a programação desse acordo.

"A SITUAÇÃO EM ANGOLA DEVEIA SER CONHECIDA EM PORTUGAL"

"O Comité Central do nosso movimento, o Bureau político, o Estado Maior das FAPLA; fez um comunicado segundo o qual nós assumiríamos, mau grado os escolhos do caminho a pros-

seguir, todas as responsabilidades que resultem por parte duma atitude ofensiva da parte das nossas forças armadas.

É assim que, não esperando que outras forças façam em Angola o papel de Anjo Gabriel, que não existe, preferimos declarar publicamente que nós desceríamos da linha defensiva para, por imperativo das circunstâncias e em ordem à obtenção dos objectivos fixados pela nossa linha política passar-mos deliberadamente à ofensiva.

Esta é a situação em Angola, que devia ser conhecida o mais possível em Portugal.

Após esta exposição por parte do comandante Nito Alves entrou-se no período de perguntas e respostas.

O MPLA NÃO TERÁ QUE SAIR DE ANGOLA

Posto perante o paralelo entre os guerrilheiros do MPLA e os palestinianos, Nito Alves respondeu que a situação não se assemelha no essencial à dos palestinianos supondo que "Angola, perante um teatro de operações, os guerrilheiros do MPLA não terão que sair de lá. A direcção do movimento não terá que sair de lá; Angola possui em termos de luta revolucionária, em formas geográficas (para a aplicação da luta de guerrilhas), em forma humana, possui condições objectivas e até mesmo subjectivas para que de facto, com a presença do MPLA em Angola, se possa fazer um combate sem que a vitória venha, como muitas vezes se aventa a hipótese, implicar na retirada do MPLA para fora de Angola como terá acontecido nos anos de libertação nacional."

"PARA SE APLICAR O ACORDO DO ALVOR, OS PAPEIS DO MFA E DO EXERCITO PORTUGUÊS EM ANGOLA TÊM QUE SE ALTERAR"

O nosso jornal colocou, seguidamente, esta questão: REVOLUÇÃO: Dada a situação neste momento criada em Angola pela FNLA e UNITA e dado que Comissão Central do MPLA decidiu que o movimento passasse à ofensiva armada, pergunto se o acordo do Alvor tem, na sua globalidade qualquer possibilidade prática e concretamente, se há possibilidade

entrevista

REVOLUÇÃO: A tática do MPLA, neste momento privilegia a mobilização das populações para a luta armada ou, pelo contrário, mobiliza as populações para a realização das eleições previstas no Acordo do Alvor (com tudo o que isso implica recenseamento, lei eleitoral, enfim para uma "trégua na luta de classes", que neste momento tão aguda está em Angola...)

Quais são, pois, as consequências políticas do MPLA ter decidido passar à ofensiva?

NITO ALVES— As consequências políticas resultantes da firme determinação do nosso movimento em não continuar na defensiva face às manobras reacionárias do imperialismo em Angola (e, consequentemente, adoptar uma linha eminentemente ofensiva), postulam-se no seguinte:

O inimigo, que não recua, desencadeia uma série de operações, que equivalem a uma guerra. E, claro, as condições políticas aí estão — o travar duma batalha, uma luta com novas características que nos levará à independência total de Angola.

Daqui resulta que toda a luta armada para a libertação nacional, independentemente das formas e consequências políticas que possa vir a assumir, visa sempre mobilizar as massas e criar nelas as condições subje-

tivas para a sua própria ascensão ao poder.

REVOLUÇÃO: Dessas consequências, decorre que a possibilidade de independência de Angola prevista no Acordo do Alvor para 11 de Novembro, fica relegada para segundo plano...

NITO ALVES—...A luz dos acontecimentos em causa, não há dúvidas que, se o Governo em Portugal, muito particularmente o MFA, não repensar a sua atitude em Angola, nesse caso a resolução da independência não passa pelo 11 de Novembro, relega-o para uma outra data posterior.

REVOLUÇÃO: Acha que neste momento uma atitude verdadeiramente progressista e revolucionária por parte daqueles que se dizem justamente progressistas e revolucionários, não consistiria no envio de maior números de contingentes militares portugueses para Angola, os quais passariam, evidentemente, a ter uma conduta completamente diferente da que têm tido até hoje as F.A. portuguesas?

Portanto a questão é se o MPLA veria alguma vantagem, e em que condições, se fossem enviados mais contingentes portugueses para Angola.

NITO ALVES— Reservemo-nos para responder a essa pergunta.

REVOLUÇÃO: Outra questão que lhe queremos pôr: que

medidas pensa serem possíveis decretar, em Lisboa e em Angola, para evitar o agravamento das tensões existentes entre os três movimentos?

NITO ALVES— Bem, essas medidas resultam necessariamente do censo das presentes operações em Angola. Como os ataques se dirigem preferencialmente à população, e o Governo e o Exército português estão em Angola para defender o povo de Angola, é deles a responsabilidade de que os acontecimentos não assumam características e proporções ainda mais desastrosas.

Qual a atitude firme, isso é um outro problema, mas que se impõe uma atitude firme por parte do Governo Português por forma a sancionar a aventura dos homens que mais não fazem que o genocídio das populações angolanas, isso é um facto.

REVOLUÇÃO: Mas o Governo português não parece ter uma opção clara e definida em favor da única força progressista que existe em Angola o MPLA. E isto é uma questão a ter em conta.

NITO ALVES— A resposta exigiria que eu tivesse um mandato para responder. Infelizmente eu não tenho esse mandato do Comité Central para poder, neste momento, avançar mais hipóteses. São questões delicadas...

ANGOLA

NITO ALVES

Conferência de Imprensa na Casa de Angola

da declaração de independência de Angola se manter para 11 de Novembro, tal como previa o Acordo do Alvor.

A resposta foi que: "A possibilidade real do cumprimento do Acordo do Alvor é, quanto a nós, e quanto a mim pessoalmente, uma consequência da admissão de duas grandes realidades.

Primeiro, possibilidades em relação a quê? Em relação à estratégia global do imperialismo, que se concretiza por uma repressão permanente. - Suponho que não há a mínima possibilidade em Angola; era preciso que o imperialismo não se manifestasse tão atroz e feroz como se tem estado a manifestar. Seria utopia pensar isso.

Outra segunda grande realidade, é que neste justo momento, e tendo em conta os dados em presença, a possibilidade de que o acordo do Alvor fosse conduzido até, pelo menos Novembro, sem que grandes desvios se verificassem, supõe a condição de que o papel do Exército português em Angola e do MFA em Angola, tivesse que ser necessariamente outro, seja no sentido de nunca permitir qualquer invasão em Angola, seja no sentido de não permitir o massacre brutal e impune que a reacção faz sobre o nosso povo.

Mas na altura, e faço a síntese da resposta, em que tudo isto se enquadra na estratégia global do imperialismo para Angola, numa altura em que o papel das F.A. em Angola é de apreciação duvidosa (na esfera prática de acção é um papel, diga-se, de infirmez), suponho que não vejo a mínima possibilidade uma vez que essa infirmez é uma condição um bom restício por onde passam todas as forças da reacção.

FORÇAS DO ZAIRE EM ANGOLA

A questão posta por um jornalista sobre a nacionalidade dos guerrilheiros da FNLA que invadem Angola, foi respondido: "Encontram-se em terra angolana e contra o povo de Angola forças perfeitamente identificadas como zairenses".

"Há depoimentos de soldados mercenários ao serviço do ELNA que foram presos pelo MPLA, e eles próprios dizem que foram recrutados e que estão ao serviço de forças que eles próprios desconhecem".

HÁ CONDIÇÕES SUBJECTIVAS PARA COMBATER O INIMIGO

Um outro jornalista perguntou "até que ponto é que o MPLA se sente moralizado para encarar a

ofensiva generalizada das forças reaccionárias", tendo Nito Alves afirmado que:

"A motivação psicológica de um guerrilheiro, o substracto que determina o grau de moralização do combate guerrilheiro resulta, por toda a parte, pura e necessariamente do apoio indefectível que lhe vem das bases, portanto, das massas exploradas.

E ostensivo em Angola, está

patriótica do nosso movimento a possibilidade de em Angola se nacionalizar a banca. Tendo em conta que o capital financeiro em Portugal é o mesmo que existe em Angola (talvez em Angola, tendo em conta as accções lá depositadas ele seja efectivamente grande), os magnates ficaram surpreendidos e tiveram a noção de que o MPLA tinha a intenção deliberada, mesmo a

Angola, para fazer cumprir escrupulosamente, e sem desvios essenciais e sensíveis, o processo de descolonização.

Concretamente esta atitude do governo português expressa-se, ou expressar-se-ia, na capacidade, na objectividade e na pertinência da actuação do exército português em dar um combate frontal às forças que arrastam o povo de Angola.

militar, que é deficitário hoje em Angola pela nossa parte, dê, a certos analistas, a ideia perfeitamente mecanizada e metafísica, que, nessas circunstâncias possuindo o MPLA armas numericamente inferiores àquelas que possui a FNLA, o MPLA não teria hipóteses de subsistir.

Essas ópticas são pouco realistas, defendem um ponto de vista que não é revolucionário, porque omitem a realidade dos povos da Indochina (caso do Vietnam, caso do Camboja)".

"Em Angola há condições objectivamente herdadas da luta de libertação nacional para que nós, revolucionários, com optimismo nunca estravagante, possamos afirmar que, mau grado a agressividade e o aparato bélico do inimigo, possamos encarar o combate em ordem à vitória que tem de ser necessariamente nossa.

SOLIDARIEDADE COM O MPLA

"Não me cabe a mim indicar formas concretas: suponho que as forças progressistas em Portugal sabem qual deve ser o seu papel perante o caso de Angola.

Se não fazem, será uma das ajudas que a história do nosso povo jamais poderá perdoar ...

"O MPLA tem que lamentar que organizações progressistas (e talvez de um teor político para além do progressismo vulgar), não tomem no caso de Angola posições mais firmes.

Anotamos apenas que deixamos o MPLA à sua sorte em Angola, com o pretexto de que estão profundamente preocupados com os problemas internos.

Entretanto sabemos que, em forma de doutrina, as revoluções completam-se, justamente porque o inimigo da Revolução em Portugal é, iniludível e in-

nequivocamente, o mesmo do povo de Angola. Lamentamos ainda que essas forças e formações políticas poderosas em Portugal, vejamos que, no caso de Angola, o imperialismo, apesar de todas as suas contradições internas, resolveu pô-las de parte para encontrar uma plataforma de ataque ao MPLA e ao povo de Angola, lamentamos que essas forças não vejamos que devia haver outra atitude segundo a qual nós fossemos mais unidos e travéssemos um combate contra um inimigo que se organiza".

"Não queremos também que a solidariedade seja essencialmente caracterizada por puras denúncias, por declarações formais, formas excelentes de solidariedade moral, mas sim outras, que estão para cima dessas formas".



patente essa realidade, os camponeses, os operários, a massa intelectual, os estudantes e a pequena burguesia, todo este conjunto de população apoia, por toda a parte directa ou indirectamente, aberta ou veladamente (neste último caso devido à reacção) o nosso movimento".

"Estamos em presença das condições subjectivas que determinam a firmeza para o combatente fazer face ao seu inimigo. E em suma, este terreno fértil, esta fonte inexpuável de valores revolucionários que determina o cunho de resistência indomável dos guerrilheiros do MPLA para, com clareza e esperança revolucionária, perspectivar a vitória, não interessa o tempo, sobre as forças da reacção".

O CAPITALISMO EM ANGOLA — A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

Seguidamente foi abordada a questão das repercussões e mesmo ligações do 11 de Março (e das nacionalizações em Portugal) com a ofensiva da reacção em Angola.

Nito Alves abordou a questão nestes termos:

"A nacionalização da banca em Portugal teve um impacto espectacular no estremecimento do terreno económico, no regime do capital financeiro angolano. Houve de resto, um coincidência

de tempo, já que em termos de negociações entre Angola e Portugal se discutia, por proposição

nível de governo, da nacionalização da banca em Angola.

OPTAMOS PELOS SACRIFICIOS PARA QUE ANGOLA NÃO SEJA UM PAÍS NEO-COLONIAL

Abordando as implicações concretas da decisão do MPLA passar à ofensiva, Nito Alves afirma que "por um lado, é a resposta eficaz às forças da reacção armada em Angola (o exército fantoche do ELNA), e, por outro lado, mobilizar as forças do povo de Angola, os nossos homens e dirigentes, para uma resistência que há-de custar sacrificios mas que é o único caminho possível.

Trata-se de implicações de sacrificios a nível material, a nível humano; nós, em síntese, não hesitamos entre o sacrificio, hoje, da morte de filhos angolanos e a possibilidade de uma Angola completamente dirigida por forças neo-coloniais.

Entre a morte de um número de angolanos, e a morte de toda a Angola nós optamos pela morte de alguns angolanos e subsequente triunfo de todos os angolanos.

A ACTUAÇÃO DO ALTO-COMISSÁRIO

"A análise que me pede só pode ser feita à luz do acordo do Alvor, segundo o qual o governo português devia ser a força, porque tem um exército em

Porque o massacre é dirigido contra o povo de Angola, fundamentalmente, e depois contra o seu MPLA (...)

Ora, no momento em que, depois dos acontecimentos de Março e dos de Abril, o Alto-comissário chama para si o exclusivismo do papel de denúncias pela rádio, e não assume, concretamente, o papel de braço armado, não há dúvidas que o seu papel é já uma traição ao papel de responsável assumido historicamente aquando do Acordo do Alvor.

"DESCOLONIZAÇÃO IMPAR?"

"O grande defeito dos anos políticos do mundo de hoje é a frase retórica posta em problemas políticos concretos.

Uma descolonização chamar-se-á rigorosamente impar desde que a força que assumiu é o veículo do papel condutor, tivessem necessariamente que nunca ceder perante a agressividade de quem quer que fosse. Mas se, veladamente, existe um aspecto tácito de cedência em relação ao pael que, por exemplo aqui em Angola o Alto-Comissário devia ter, eu devo dizer, em prol da verdade, que essa descolonização... não tem nome!

O ARMAMENTO DO MPLA E AS CONDIÇÕES DE LUTA

"Pode ser que aparentemente, e logo à partida, o aspecto

U.S.A.

B.A.N.A.L.I.M.

Movimento de libertação dos negros



Organização que existe desde 1968, formada por a partir de grupos de pessoas, algumas das quais tinham saído do Black Panthers Party (Partido dos Panteras Negras), uma organização também ao serviço da libertação dos negros.

Ideologicamente con-

VOLU²⁰; Quais os objectivos de BALIM?

RESPOSTA— Tem quatro pontos principais básicos;

3.1 Consideram que deve ser o proletariado a controlar todos os aspectos da vida política e económica.

4.1 São pela ditadura do proletariado.

5.1 Consideram que os negros são potencialmente progressistas, motivados pela repressão que sofrem.

6.1 São pelo internacionalismo proletário considerando que a vitória do proletariado, só será verdadeira, quando o derrube do capitalismo se fizer em todo o mundo.

REVOLU²⁰; Sendo a BANALIM pela libertação do proletariado, porque consideram ser necessária uma divisão orgânica entre organizações revolucionárias predominantemente pretas e outras?

RESPOSTA— Para responder a essa pergunta, é necessário analisar um pouco a situação subjectiva do proletariado americano.

Sendo a burguesia americana extremamente racista, utiliza-se de todos os meios de comunicação para incutir no proletariado esse mesmo racismo, para que dessa forma possa melhor explorar o proletariado, dividindo-o. O racismo toma vários aspectos, que vão desde a repressão cultural das minorias até à repressão directa e policial dessas mesmas minorias. Os negros que há mais tempo sofrem com esta repressão mas não são os únicos pois ela também se dá contra o os me-

xicanos, ou portorriquenhos e os chineses. Esta divisão do proletariado é feita dum forma tão eficaz que até as próprias organizações autónomas desse mesmo proletariado, estão divididas de acordo, com a cor da pele.

Este é o caso dos sindicatos, que para além de estarem divididos por profissões e por mais de uma central sindical, estão também divididos por cor, havendo sindicatos paralelos de brancos e pretos. Não foi o proletariado negro que optou pela formação de sindicatos racistas, mas viu-se obrigado a formar as suas próprias organizações de defesa e reivindicações por lhe ser impedida a entrada nos sindicatos brancos. Para além disso, os negros são também, sempre as maiores vítimas das tremendas contradições que existem na maior potência capitalista do mundo.

O desemprego que atinge nos Estados Unidos, hoje em dia, já dá população activa afecta primeiro que todos os negros. A lei burguesa inclui uma cláusula que diz, que um agrupamento de mais de cinco pessoas, pode ser considerado subversivo, ficando à disposição da polícia o considerar se o é ou não.

Um ajuntamento de cinco negros é normalmente considerado subversivo. Na constituição dos E.U. é dado a entender que a raça negra é essencialmente inferior à branca. Há uma cláusula que considera os negros e os índios como sendo somente 5-útrés quintos de um branco.

O número de estudantes

negros nas universidades é ridículo em relação ao número de estudantes em geral, e aqueles que conseguem acabar cursos universitários ou técnicos têm enorme dificuldade em arranjar emprego compatível com esses cursos.

A administração de Lyndon Johnson no rescaldo das grandes lutas raciais, no al económica para financiar negócios de negros e para formar empregos para os jovens universitários negros. Esta organização que tomou o nome significativo de Organização para Oportunidades Económicas, e que visava criar artificialmente uma classe capitalista negra, que se visse de tampão entre o proletariado, e sub-proletariado negro, e a burguesia branca, foi extremamente desenvolvida por Nixon, porém cedo aqueles que acreditavam que subiriam na escala social através da ajuda da O.O.E. se compenetraram de que a organização era uma fachada. A criação artificial de empregos não resultou, os financiamentos foram mínimos e a dada altura os ultras de direita da administração de Nixon, começaram a combater a existência de uma organização que na opinião deles gastava o dinheiro do estado em vão. Saiu portanto o tiro pela colata à burguesia da USA, pois que os negros sentiram-se enganados e revoltaram-se ainda mais.

A divisão do proletariado americano numa base racial, é uma realidade. Para além disso e por tudo aquilo que já dissemos, os negros são em geral a parte mais revolucionária do proletariado americano. Para que o proletariado branco em geral se torne consciente da sua própria exploração e da igualdade que basicamente existe entre todos os proletários, é necessário que o proletariado negro lho demonstre através da sua luta, de que o inimigo é comum.

REVOLU²⁰; Qual o tipo de trabalho que desenvolvem?

RESPOSTA— Desenvolvemos trabalho em três frentes; - um sector que é essencialmente clandestino e que é o que se prepara para o desenvolvimento de acções armadas e que se encarrega da auto-defesa da organização; 4 - Nos sindicatos negros, tendo mesmo alguns membros da organização, postos de direcção dentro des-

ses sindicatos; 5 - Através da colaboração com organizações, tipo Frente, desenvolve-se um trabalho de politização estudantil e da massa jovem negra, com especial referência aos desempregados.

Consideramos no entanto que a luta armada que desenvolvemos não poderá ser nunca um substituto para a violência revolucionária das massas, mas sim um catalizador, e uma forma de ripostar, efectivamente, contra a violência repressiva dos agentes governamentais da maior potência imperialista no mundo.

A luta contra o imperialismo americano, deve ser tomada pelos revolucionários americanos, como uma luta contra o capitalismo americano, cora²⁰ desse próprio imperialismo.

Criticamos as organizações que passam o seu tempo, convocando manifesta²⁰ões de apoio à luta dos povos do mundo, contra o imperialismo da USA, como forma de se subtraírem, a uma luta directa contra a burguesia do seu próprio país que está na origem desse mesmo imperialismo.

REVOLU²⁰; Qual a posição da BANALIM, em relação a outras organizações revolucionárias?

RESPOSTA— Temos boas relações com o Black Panthers Party, que consideramos ter desenhado um papel muito importante de consciencialização política do proletariado negro da USA.

Trabalhamos em conjunto com outras organizações de minorias raciais, como a La Raza Unida++, organização mexicana, a Chinese Voice Party++ organização de chineses na USA.

Em relação a organizações revolucionárias, maioritariamente brancas, trabalhamos com Weather Man.

REVOLU²⁰; Quais as perspectivas de trabalho para o futuro da organização?

RESPOSTA— Devemos ser francos. Neste momento atravessamos uma crise, motivada pela acção policial dos laçaios da burguesia (CIA, FBI e outras), suspeitando mesmo que existem infiltrações da CIA na nossa organização. Sempre tivemos consciência de que isto poderia suceder, mantendo portanto estruturas clandestinas e inclusivé não aparecendo como organização a desenvolver trabalho de massas.

Podemos exemplificar a perseguição de que são vítimas, os revolucionários principalmente, os negros do meu país.

A polícia montou-me uma armadilha que me levou a ser acusado de três crimes que não cometi. (Roubo com assalto e tentativa de violentação). Lutei durante seis meses pela minha defesa num tribunal federal tentando provar a minha inocência a um júri escolhido a dedo que representara somente camadas burguesas da população. Fui finalmente ilibado de uma das acusações (violentação) mas persistiram em acusarem-me das outras duas. Tive que fugir dos E.U. em 1975, indo para a Suécia onde pedi asilo político que me foi recusado, porque a Suécia, não confere asilo político a indivíduos com regimes democráticos ++, deixando-me porém permanecer no país numa situação semi-legal até que os E.U. pediram a minha extradição e vi-me forçado a abandonar também a Suécia.

Estamos agora a tentar reorganizar-nos organicamente e também iremos rever todo o nosso trabalho até agora e as nossas análises, para que depois possamos recomeçar a actuar.



Dom Seg Ter Qua Sex Sáb A Sábada

DOMINGO, DIA 4

• O Secretário das Pescas, Mário Ruivo, dirindo-se aos pescadores de Sesimbra, afirmou: "Espera-se um período difícil, porque se vão criar dificuldades de crédito exterior e mesmo problemas internos. Mas poderemos resistir se os sindicatos não forem divididos por lutas partidárias. Nós, no passado, esmagámos a reacção; temos de voltar a fazê-lo especialmente nas próximas semanas".

A urgência de organização, embora ao nível sindical, apontada pelo Secretário das Pescas, faz-nos insistir na formação de Conselhos Revolucionários, como forma organizativa de base nos locais de trabalho e nos quartéis.

• Nos gravíssimos incidentes provocados em Luanda pelos reacçãoários da FNLA, morreram cerca de mil pessoas, segundo algumas fontes, mais de duas mil, segundo outras origens. Entretanto a UNITA chora lágrimas de crocodilo...

SEGUNDA—FEIRA, DIA 5

• Após um encontro entre as cúpulas do PCP e do PS, na sede do primeiro, foi emitido um comunicado em que os dois partidos dão a saber que irão proceder a um "exame da situação política, das perspectivas da Revolução Portuguesa e dos problemas relativos à cooperação entre os dois partidos no quadro da aliança do povo com o MFA".

Deve ser enorme a confusão reinante nos militantes de base do PCP e do PS, lançados nas vésperas uns contra os outros pelas respectivas cúpulas, que agora nas suas costas cozinham acordos de colaboração.

• No Boletim do MFA, salienta-se em artigo de fundo: "É a acção das massas populares no âmbito da aliança povo-MFA, que será cada vez mais determinante no desenvolvimento da

Revolução Socialista, na superação das estruturas capitalistas da sociedade actual". Do mesmo Boletim destacamos certas afirmações:

"É urgente que as pessoas se convençam que têm de trabalhar duramente e passar alguns sacrifícios, inclusive o possível racionamento dos bens essenciais. O país tem que aumentar rapidamente a produção destes bens, especialmente os alimentares, pois são possíveis grandes restrições nas importações", e mais adiante: "É tranquilizador verificar que os partidos de raiz socialista, somam no seu conjunto mais de 56% dos votos obtidos".

Pela constatação dos resultados eleitorais, verificamos que esta percentagem não engloba o PPD, apesar do seu auto-proclamado "socialismo democrático". Noutro artigo do mesmo Boletim transparece uma clara alusão ao PS, nos seguintes termos: "Partidos que se dizem socialistas não poderão tomar atitudes ambíguas que lhes trarão a desconfiança, a contestação e eventual perda da sua base social.

• Registam-se no Porto, choques entre manifestantes do PS e do PPD.

Os ministros do PPD e do MDP prescindem dos seus lugares como deputados na Assembleia, para que foram eleitos.

• Numa conferência de imprensa o Secretariado Nacional Pró-Conselhos Revolucionários, após fazer a análise da situação política actual, diz que: "a social-democracia é a porta aberta à perpetuação da exploração que só pode ser destruída através duma tomada do poder pela classe operária".

• Lutas laborais: Os trabalhadores da Indústria Hoteleira entram em greve.

Os trabalhadores dos Caçilheiros controlam e gerem a Sociedade Marítima de Transportes, procedendo ao saneamento dos directores.

Os electricistas da EFACEC denunciam a direcção do seu sindicato como dirigista.

Os Serviços Camarários do Porto entram em greve, emitindo um comunicado em que são denunciadas as disparidades salariais existentes.

15.000 químicos do Norte após um plenário realizado no Porto, decidem paralisar o trabalho.

É suspensa a decisão de entrada em greve dos trabalhadores da Polícia Judiciária.

TERÇA—FEIRA, DIA 6

• O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, visita Portugal. É de salientar a influência daquele país, como mediador nas negociações entre Portugal e os três movimentos angolanos de independência, assim como nos acordos entre Portugal e a FRELIMO.

• Em entrevista concedida à "A Capital", o presidente Agostinho Neto reafirma que o MPLA é o único garante da independência e da democracia em Angola, e única força que pode opôr-se à implantação do neo-colonialismo.

• O CDS acusa a Imprensa de ser contra revolucionária, por ter denunciado elementos da Juventude Centrista nas suas implicações em manobras (essas sim) contra revolucionárias.

• Inicia-se a greve dos Químicos, no Porto.

• O comandante do Regimento de Comandos da Amadora Jaime Neves, foi graduado no posto de coronel pelo Chefe do Estado Maior do Exército, Carlos Fábilo e pelo Comandante Adjunto do COPCON, Otel Saraiva de Carvalho.

O ex-maior Jaime Neves foi promovido a coronel quando o Batalhão de Comandos, em 1 de Maio deste ano, passou a Regimento, sendo um militar que, antes do 25 de Abril, havia estado em comissão de serviço no norte da ex-colóniade Moçambique.

QUARTA—FEIRA, DIA 7

• A AOC vai formalizar, junto do Conselho da Revolução o pedido de assinatura do pacto constitucional com o MFA.

É este o único partido da chamada extrema esquerda que assina o pacto alinhando com revisionistas, reformistas de vários matizes e neo-fascistas. Terá isto alguma coisa a ver com a política internacional da China, de que a AOC (PCP-ml) parece ser a mais fiel representante em Portugal?

• Em entrevista ao "Financial Mail", de Johannesburgo o alto-comissário de Portugal em Moçambique, Vitor Crespo afirmou que as Forças Armadas saem daquele território antes da independência. Em dado passo da entrevista, o contra-almirante Vitor Crespo disse: "Eu penso que os problemas raciais apenas

existem em termos de classe - classes económicas - e não em termos de cor."

• Numa entrevista concedida à televisão americana Kissinger mostrou-se preocupado com o futuro da Base das Lages.

Após a retirada da Grécia do comando militar da NATO, o imperialismo yankee tem razões para se mostrar preocupado com a perda de mais uma posição nos pontos de interesse estratégico, no domínio do Atlântico.

• O Conselho da Revolução aprovou uma lei pela qual se torna obrigatória a realização de eleições no prazo máximo de 120 dias, nos sindicatos cujas direcções foram eleitas antes do 25 de Abril de 1974.

Pelo reboliço que já existe nos meios sindicais prevemos que dentro em pouco, iremos assistir a mais uma renhida competição eleitoral.....

• Lutas de trabalhadores:

Os gráficos, na continuação da sua luta pela satisfação do seu caderno reivindicativo, mantêm piquetes diante do Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores da TAP recusam em plenário, uma proposta de entrada em greve.

A greve dos Químicos, desencadeada no Norte, não é seguida pelos sindicatos de Lisboa e Setúbal, embora os trabalhadores de Lisboa da Mabor tenham aderido à greve dos seus camaradas do Norte.

Eleva-se a onze o número de Câmaras, cujos trabalhadores estão em greve.

• Em conferência de Imprensa do PS, Mário Soares adianta as três condições postas ao PC para um entendimento entre estes dois partidos da coligação; assim elas seriam aqui a que Soares chamou o fim da manipulação dos órgãos de informação, a realização de eleições livres nos sindicatos e a revisão da hegemonia do MDP-CDE nas autarquias locais.

• Iniciam-se as conversações entre o governo português, a FRETILIN e a UDT, com vista à descolonização de Timor.

QUINTA—FEIRA, DIA 8

• As negociações que decorrem acerca do caderno reivindicativo dos gráficos parecem estar em situação favorável aos trabalhadores.

• Nas comemorações do 1.º aniversário do PPD, houve sardinha assada e churrasco (!!!.....)

• Assinados diversos acordos, nos planos económico e cultural com a Zâmbia.

• O "Diário de Notícias" anuncia que o embaixador dos Estados Unidos, Frank Carlucci, no decorrer duma estadia que faz no seu país, se deverá avistar com Henry Kissinger.

• Realiza-se na Casa de Angola uma importante Con-

ferência de Imprensa, dada pelo comandante da primeira região político-militar de Angola e membro da Comissão Central do MPLA, Nito Alves.

• Mobutu, cunhado de Holden Roberto (presidente da FNLA), interlocutor de Spínola e fiel laçao do imperialismo americano, declara que se deve organizar um referendo para que Cabinda decida o seu futuro.

O presidente do Zaire sabe bem velar pelos interesses económicos (petróleo) dos seus patrões americanos...

SEXTA—FEIRA, DIA 9

• É divulgado em relatório as relações de empresas com a PIDE-DGS.

om a PIDE-DGS.

• Os administradores da Torralta e José Galvão de Melo, administrador da Maiombe são presos, sob a acusação de crimes contra a economia nacional.

• Em entrevista à "A Capital", o governador de Macau, Garcia Leandro, acentuou que aquele território pertence à China, nunca tendo sido posta em causa essa soberania.

• Fim da greve dos Químicos do Norte, da Mabor e da Indústria Hoteleira. Paralisação de meia-hora nos fabricantes de material eléctrico.

Continuação das greves de Pescadores de Peniche e Olhão.

• É conhecido o último deputado para a Assembleia Constituinte: é do PPD e representa o círculo da emigração.

• Em declarações ao "Jornal do Comércio", Vasco Lourenço afirmou que "só depois de elaborada a nova Constituição é que se realizarão as eleições para as autarquias locais".

Que dirão a isto o PS e o PPD?

SÁBADO, DIA 10

• Morrem num desastre, vítimas de um acidente (?) de automóvel Pedro Soares e Maria Luisa Costa Dias, do Comité Central do PCP. O comunicado emitido pelo PCP, insinua que se trata de desastre provocado....

• Aderiram ao PS, Mário Raposo (bastonário da Ordem dos Advogados) e Almeida Ribeiro. Este último, saiu do Partido Social-Democrata Independente, onde pertenceu Palma Carlos. Deve ser difícil ao PS continuar a negar ser um partido social-democrata, e mais: um partido que tem admitido nas suas fileiras toda a casta de contra-revolucionários.

• Lutas de trabalhadores. O Ministério do Trabalho declara ilegal a greve dos Químicos subsistindo divisões, trabalhadores que apoiam e os que repudiam a greve.

Continuação pág. 14

Sobre os acontecimentos do 1.º Maio, a direcção do Sindicato dos Profissionais do Tráfego Portuário do Distrito de e Porto e Lisboa, publica um comunicado, onde se denuncia a não-simpatia da Intersindical pelos trabalhadores portuários. A direcção considera que "o reconhecimento legal da Intersindical, nos moldes em que se encontra estruturada é uma afronta às ansias aspirações de liberdade e democracia na organização da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular.

Os trabalhadores da Transul ocup a empresa e saneiam os respectivos sócios-gerentes e outros empregados superiores que mantinham ligações directas com o patronato.

• Na comemoração do 30.º aniversário da derrota do nazi-fascismo, Vasco Gonçalves fez um discurso de que destacamos as seguintes passagens: "Sob pena de que a revolução se perca o povo português tem de saber distinguir as suas verdadeiras opções. E estas são REVOLUÇÃO OU REACÇÃO" e mais adiante: "O problema é ainda, SOCIALISMO OU CAPITALISMO".

Os sublinhados são nossos e as apreciações que fazemos e que já são compartilhadas por pessoas responsáveis, são as mesmas que sempre apresentámos: não há outra saída para a situação actual senão a REVOLUÇÃO SOCIALISTA ou regresso ao fascismo.

• Moçambique anuncia que está prevista uma federação com a Zâmbia e a Tanzânia.

• A FRETILIN de Timor exige a dissolução da APODETI, partido que defende a integração de Timor na Indonésia, país dominado pelo neo-colonialismo e governado por um regime reaccionário, ferozmente anti-comunista.

• No decorrer das investigações sobre as actividades terroristas ligadas à Juventude Centrista, órgão juvenil do CDS, foram descobertos pistoleiros, portadores de armas prontas para acções violentas contra os partidos de esquerda e figuras da cúpula do MFA. Entre as organizações visadas pelos fascistas, contavam-se o PRP-BR, o LUAR, PCP, PS, FEC (m-l) e o MRPP, entretanto em Eposende, sucedem-se as provocações dos "centristas", apoiados por pistoleiros e marginais armados contra manifestantes do PCP, FEC-ml, UDP, PS e LUAR. Perante estas ameaças a classe só tem uma solução: abandonar as divergências partidárias e organizar-se unitariamente contra as investidas reaccionárias. Daí, a urgência dos Conselhos Revolucionários.

• Mais lutas de trabalhadores: Os trabalhadores da FIL decidiram ocupar as instalações e assumir a gestão da empresa.

Os operários de lanifícios da

fábrica Barros, detêm os patrões nas instalações, por não apoiarem as actuais negociações com a associação nacional dos industriais de lanifícios.

Terminou a paralização do trabalho de 1.300 trabalhadores da Papelaria Fernandes, por ter sido aceite a maior parte do caderno reivindicativo.

Os trabalhadores do Teatro Laura Alves entram em auto-gestão.

Terminou a greve da Indústria Hoteleira.

• Pinheiro de Azevedo afirma que "estamos honestamente interessados em continuar na NATO".

Perguntamos se se pode construir o socialismo e fazer-se a Revolução, continuando-se a pertencer a pactos imperialistas, dominados pelo militarismo norte-americano....

• Manifestação de anti-fascistas, no Porto, exigindo a extinção do CDS, e apoiados por partidos de esquerda e delegação do MPLA.

DOMINGO, DIA 11

• Foram detidos os ocupantes do automóvel que provocou o desastre que vitimou dois dirigentes do PCP. São eles: José do Espírito Santo e Alfredo Nunes de Sousa. A carta de condução do segundo, foi passada em Kinshasa, capital do Zaire, país enfeudado ao imperialismo.

• Alvaro Cunhal continua no governo, renunciando ao seu mandato de deputado.

• Em discurso proferido no encerramento do Congresso dos Escritores, Vasco Gonçalves teve as seguintes afirmações:

"A questão de chegar ao povo ou de trazer o povo até nós está errada. A missão fundamental do escritor é tornar letrado o nosso povo, não só o povo analfabeto, mas muitas outras classes, tornando-as conhecedoras e conscientes da importância social da nossa Revolução.....E premente levar a revolução ao povo. Não nos devemos esquecer que teve 300 anos de inquisição e 50 anos de fascismo".

• Numa entrevista concedida ao "Diário de Notícias", Agostinho Neto salientou que a política neutral das autoridades portuguesas em Angola, a sua chamada política de imparcialidade perante os movimentos de libertação só pode prejudicar não só Angola, mas também Portugal.

• Debate na Televisão entre os representantes dos partidos da coligação e Ramiro Correia do MFA. Destacamos certas afirmações:

Ramiro Correia: "Teremos nós capacidade e firmeza suficiente para encontrar a unidade das forças democráticas e construir o socialismo? Ou vamos nós (Rodésia)

atraícoar o presente e o futuro? E uma pergunta que deixamos ficar a cada um dos portugueses, neste momento".

Pereira de Moura: "Há, por outro lado, no estrangeiro, quem não suporte esta experiência portuguesa, quem não possa ouvir falar na Revolução Socialista".

Mário Soares: "...que seja o socialismo do possível nesta nossa sociedade, de maneira que Portugal não venha a ser uma moeda de troca no jogo dos imperialismos".

Magalhães Mota: "A acção do socialismo faz-se dia a dia pela acção de cada um de nós".

Alvaro Cunhal fala de um regime democrático em que existam as mais amplas liberdades democráticas e no qual se processem as transformações profundas da nova sociedade a caminho do socialismo.

Cinco homens falam em socialismo, resta-nos saber se essa palavra tem o mesmo significado para essas cinco pessoas.....

• Reunião entre Comissões administrativas das juntas de freguesia da C. M. de Lisboa. Entre diversas propostas, frizou-se o aceleramento do processo de descentralização interna, criação de Conselhos de Juntas por cada zona da cidade e eleição de delegados desses Conselhos.

• Mário Soares e Salgado Zenha permanecem no governo prescindindo dos seus deputados.

• Vitor Alves em entrevista ao "Estado de S. Paulo", afirmou: "O MFA não pretende implantar um socialismo de caserna em Portugal... E ele, povo, que pertence a revolução. Quanto a nós, MFA não queremos ser o paizinho do povo português.

• Jacinto Baptista foi eleito, em plenário de todos os trabalhadores director do "Diário Popular".

• O Ministro da Coordenação Interterritorial, dirigindo-se aos europeus que desejam regressar de Angola, exortou-os a repensar essa decisão, e a confiar numa Angola que não pode deixar de encontrar os caminhos da convivência harmoniosa e da paz.

• Decorreu um plenário dos Conselhos Revolucionários no Porto, tendo a mesa sido orientada por elementos da mesa anterior, um trabalhador do Rádio Clube Português, um trabalhador da produção, um militar e um trabalhador da não produção.

2.ª FEIRA DIA 12

Acordo entre os governos de Moçambique e Grã-Bretanha, onde foi acordado um auxílio de 13 milhões de libras a Moçambique, a fim de apoiar as saídas contra o regime racista e minoritário branco do Zimbábue (Rodésia).

• Em entrevista concedida ao "Primeiro de Janeiro", Otelo Saraiva de Carvalho fez as seguintes declarações:

"Continuo a dizer que toda a minha frente de combate é contra a direita... Perante uma emergência nacional... uma organização popular empenhada no processo revolucionário que nos anima poderá colaborar activa e preciosamente, travando o passo à reacção". E mais adiante: "A L.U.A.R., as Brigadas Revolucionárias e a A.R.A. ... constituem inquestionavelmente, verdadeiros aliados potenciais... Não posso, nem devo entrar em litígio com esses aliados. Tenho antes, de manter com eles uma permanente capacidade de diálogo, de recorrer a eles sempre que necessário e contar com o seu auxílio em alturas críticas..."

Qual será a posição dos partidos reformistas e contra-revolucionários que, num passado recente apelavam para a ilegalização de agrupamentos políticos armados?

• A campanha reaccionária movida contra o legítimo representante do povo angolano, M.P.L.A., apresentou a forma de cortejos de automóveis, conduzidos pelos colonos, que paralizaram o trânsito em Luanda, enquanto agitadores a soldo da F.N.L.A., propagavam boatos em diversas cidades, acusando o MPLA de, dentro em breve, começar a desencadear um ataque aos brancos.

Entretanto, o MPLA denuncia a localização de forças blindadas, em Cabinda, e o envio de fortes contingentes da FNLA, a partir do Zaire, para Angola.

Em Huambo (Nova Lisboa) registaram-se recontros entre a FNLA e o MPLA, provocados pelo primeiro movimento, que impediu um comício do MPLA.

A FNLA e a sua aliada UNITA repudiaram qualquer cimeira, em que participasse o Governo Português.

Perante estas nítidas tentativas de isolamento do MPLA, único garante da real independência de Angola, qual é o papel do governo português? Será o de remeter-se a uma neutralidade criminosa, que só favorece os agentes do Imperialismo?

• O Secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, aponta como metas para a batalha em que o país está empenhado, o aumento da produção e a melhoria da qualidade para ajustamento às necessidades da população.

Qual é o significado e qual é a capacidade de resposta do proletariado a esta luta pela produtividade, se ainda não tem o poder e o controlo da produção? Que significa a batalha da produção num país que ainda não fez a Revolução Socialista, e onde o controlo da produção não pertence aos produtores?

Na Assembleia da GNR, o Ministro de Administração Interna apelou para a consciência dos

postos menos graduados, os cabos e os soldados, acrescentando: "Não apenas os partidos políticos, mas também os Sindicatos, as ligas de agricultores, as cooperativas, as comissões de moradores, de bairro, de empresa e outras formas a criar vão concretizando a participação e responsabilização popular no processo de transição que vivemos".

Estará incluída nas outras formas de organização apontadas pelo Ministro, a criação de Conselhos Revolucionários?

• O P.S. manifesta-se contra uma campanha que lhe é movida pelos diversos órgãos de informação, onde se pretende separar as bases das cúpulas do Partido. Em comunicado, núcleos do P.S. apontam os tópicos da campanha: "...as bases do P.S. possuem todos os atributos progressistas e revolucionários; o Secretariado do Partido é formado por imperialistas, traidores, reaccionários, antitrabalhadores, etc".

Embora não partilhemos totalmente a opinião, que consideramos demasiado optimista, acerca das bases do P.S., não teríamos dúvidas em subscrever a opinião expressa no comunicado acerca das suas cúpulas.

• Manifestação dos trabalhadores da firma António Xavier de Lima, junto do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, exigindo a intervenção estatal na administração da empresa, que se encontra em grave situação financeira. Esta reivindicação, causada por uma luta que já se arrasta há seis meses, tornou-se mais premente, desde que Xavier de Lima abandonou a empresa, em Dezembro passado.

A manifestação teve o apoio dos trabalhadores da Transul, que colocaram os autocarros à disposição dos manifestantes, e de vários Sindicatos, como Motoristas de Setúbal, Construção Civil de Setúbal e Barreiro, Metalúrgicos de Almada, Caixeiros de Setúbal e Empregados de Escritório.

• A delegação do PCP-ML, dirigida por Eduíno Vilar, que está há mais de um mês na China, foi recebida pelo vice-primeiro ministro e membro do directório político do PC Chinês, Chi Teng-Kuei.

Que pensarão os outros partidos e movimentos maioistas da nossa praça, que têm acusado (e com razão) o PCP-ML de provocador e contra-revolucionário, desta preferência da China pelo "renegado" (o epíteto foi conferido pelos outros grupos ML) Vilar? Creemos que é tempo de reverem a sua posição e não transportarem mecanicista e religiosamente, experiências que poderão ser muito válidas para outros países, mas que não têm aplicação na realidade concreta do nosso país.

Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA & C.ª - Trav. Condessa do Rio, 7-B // Distribuição: DIG - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

A BATALHA

DA PRODUÇÃO

Depois do 25 de Abril de 1974 que muito se tem ouvido falar da necessidade de aumentar a produtividade e a produção neste país. Desta necessidade falaram desde os capitalistas mais empedrenidos até aos ministros e técnicos burgueses e reformistas dos vários governos provisórios. E, para não falarmos já em forças colocadas mais à direita, assistimos a esta coisa curiosa:

Um PS, com evidentes ligações ao spinolismo e ao imperialismo internacionais (veja-se as personalidades convidadas para o seu congresso), e que participou na elaboração duma lei anti-greve, pretende aparecer às classes trabalhadoras como defensor das suas lutas ("eleições", a quanto obrigam!);

Um PC, que tendo sido no passado um partido da classe operária, mas subordinando-se hoje a interesses alheios aos interesses de classe do proletariado em Portugal, que não só participa na elaboração dessa lei anti-greve mas que vai mais longe - calunia as lutas dos trabalhadores, e nos locais de trabalho procura sabotar essas mesmas lutas (havia que não assustar a burguesia para essas mesmas "eleições").

Vieram as crises e os golpes e com eles o desnascamento muitos desses "intocáveis", de muitos desses que também falavam da necessidade do aumento da produção e da produtividade. Com estas crises e com estes golpes se demonstrou quem é que era progressista e quem é que servia a reacção (se os trabalhadores em luta, se aqueles que caluniavam e atacavam as lutas dos trabalhadores). E o "progressista" Spínola virou fascista. E o senhor Sanches Osório, conhecido pelas posições assumidas aquando da luta dos trabalhadores da TAP, posições em que havia sido secundado por muito boa gente, acabou, também ele, por mostrar o que valia.

Será bastante pedagógico, para quem se preocupa com estes problemas e tem consciência

de classe proletária, consultar os documentos de certos partidos da coligação governamental e os discursos e declarações de certos ministros e secretários de estado (isto pode fazer-se através dos respectivos jornais partidários), para reter e compreender as posições assumidas pelos partidos burgueses e reformistas ao longo de todo este processo.

Depois de se terem degladeado terrivelmente no terreno eleitoral, depois dos acontecimentos do 1.º de Maio e dos insultos e agressões mútuas surge, como se previa, uma "santa aliança de colaboração de classes: os partidos da coligação governamental aparecem de mãos dadas na televisão para a grande "batalha da produção".

Não tenhamos dúvidas. Neste momento há muita confusão, as classes trabalhadoras estão divididas: para alguns pegará a "batalha da produção". Mas para os operários de vanguarda, para os trabalhadores mais conscientes, colocar-se-á certamente a seguinte questão: produzir mais e melhor, para quem?

Será que os objectivos propostos pelo senhor Magalhães Mota, pelos ex-Assembleia Nacional fascistas, pelos ex-ANP, pelo capitalismo liberal serão os mesmos da classe operária e dos trabalhadores de vanguarda em Portugal?

Será que os objectivos do senhor Mário Soares (a quem as ocupações de terras e de casas, levadas a cabo "ilegalmente" pelos trabalhadores portugueses muito fez sofrer) amigo dos Mobutu, dos Góldá Meir, dos Harold Wilson e dos Willy Brandt, dizendo demagógica e mistificadamente "socialismo sim, ditadura não", serão os mesmos objectivos do proletariado em Portugal?

Será, senhor Álvaro Cunhal, que o controle económico e político deste país, actualmente nas mãos de alguns militares, drs., burocratas e técnicos burgueses, representa já o poder dos trabalhadores?

Na França do pós-guerra também muito se defendeu

(mesmo à esquerda) a "batalha da produção". Aí muitos trabalhadores colaboraram (a colaboração de classes esteve à vista) e o resultado é o que se sabe: a democracia burguesa consolidou-se por mais uns anos. Será que aqui se pretende o mesmo? Por muito boas intenções que animem alguns dos homens do actual poder político, já sabemos sobejamente que não é com boas intenções que se barra o caminho à reacção e se constrói o socialismo. O problema do poder (político e económico), de quem o detém, é o problema central deste momento. Só quando este problema estiver seriamente resolvido é que se poderá definir uma posição clara face à produtividade e à produção.

Ligado com o problema da construção do socialismo e logo, com o poder político e económico, está o problema da independência nacional. Será possível a construção do socialismo em Portugal no quadro da aliança Atlântica, desse pacto de defesa e de agressão do imperialismo? Tem sido defendida ou considerada inevitável a presença de Portugal na NATO pelos dirigentes dos partidos (e não só) da actual coligação governamental. Se assim é, ou são loucos, ou são demagogos, ou o tipo de socialismo que defendem nada tem a ver efectivamente com o socialismo científico e é, apenas, um capitalismo mascarado de socialismo. Talvez esta última hipótese seja a mais verosímil.

Só quando as classes trabalhadoras, com a classe operária na vanguarda, forem as autênticas detentoras do poder político e económico, só quando houver uma planificação séria da economia portuguesa e não qualquer programa Melo Antunes, é que a situação estará suficientemente clarificada em Portugal para que milhões de homens sejam então mobilizados para a enorme batalha da produção, para a construção da sociedade socialista, para que se alcance a sociedade sem classes, a sociedade comunista.

COMENTÁRIO À AFIRMAÇÃO DO GEN. CARLOS FABIÃO

O senhor general Carlos Fabião, Chefe do Estado Maior do Exército, afirmou em entrevista hoje concedida ao Século, entre outras coisas que mereceriam o nosso comentário, a que haveria o perigo do ELP actuar mascarado com emblemas de outras organizações, entre as quais citava as Brigadas Revolucionárias (BR).

Quanto a isto, cumpre-nos dizer o seguinte:

1.º Tem sido um princípio do nosso partido que os militantes ou simpatizantes do PRP-BR não usem emblemas partidários. Não são, nunca foram dados ou vendidos emblemas do partido. Logo, não possibilidade de qualquer confusão.

2.º Uma organização como a nossa com o seu passado de luta anti-fascista e com ideias políticas firmes, sabe muito bem distinguir em cada momento quais são os seus inimigos principais e quais as formas correctas de luta a travar. Pelo nosso passado e pelas posições claramente assumidas por nós não se corre o perigo de se confundir órgãos nossos com os do ELP.

3.º É, por outro lado, curioso como estando o senhor general a

conceder a sua entrevista a um homem acusado de estar ligado a acções armadas anteriores ao 25 de Abril, não tenha referido, mas suas alusões a organizações armadas de esquerda, a organização a que o entrevistador pertencia; talvez se deva a que a dita organização já havia suspenso as suas actividades bastante antes do 25 de Abril.

4.º Finalmente, é lamentável que uma pessoa como o senhor general não se tenha preocupado em conhecer a experiência de luta dessas organizações armadas de esquerda, com vista à necessária democratização do exército português, que diz pretender, e que não disponha das informações que aqui prestamos nem do necessário descaimento para distinguir rapidamente entre acções da extrema direita e acções do PRP-BR. Aqui, o senhor general parece não estar muito de acordo com aquilo que sobre o mesmo assunto exprimiam ontem o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho.

Pelo Secretariado Político
Do P.R.P.-B.R.

13-5-75.

SOLIDARIEDADE ACTIVA COM O POVO ANGOLANO E COM O MPLA



Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PROFISSÃO

LOCAL DE TRABALHO

ASSINATURA: Semestral - 85\$00
Annual - 170\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale,